

ponto de vista



JEAN-PAUL SARTRE

# A QUESTÃO JUDAICA

PUCSP  
ORIGINAL

PTA. 177

C. 49

03/08/10

Tradução

Mário Vilela

Apresentação

Moacyr Scliar



editora ática

Título do original em francês:  
*Reflexions sur la Question Juive*  
© Editions Gallimard, 1954

**Editor**

Fernando Paixão

**Assistência editorial**

Otacílio Nunes

**Edição de arte (miolo)**

Divina Rocha Corte

**Capa**

Marcello Araujo

*Moacyr Scliar*

## APRESENTAÇÃO

É o *anti-semita quem faz o judeu*. Com esta curta, seca frase, Jean-Paul Sartre (1905-1980) colocou em xeque todo um sistema de crenças que, ao longo dos séculos, condicionou a atitude do Ocidente em relação ao judaísmo, com os trágicos resultados que todos conhecemos. E que certamente influenciaram Sartre no corajoso projeto de redigir uma obra desmistificadora, capaz de despertar as consciências para o problema do preconceito.

A *questão judaica* foi publicada em 1946 (mas já estava escrita, ao menos em parte, em 1944, segundo uma nota de rodapé). A época é importante: a Segunda Guerra Mundial tinha terminado, era a fase do ajuste de contas. E havia muitas contas a ajustar, sobretudo na França, onde o colaboracionismo tinha sido um fenômeno disseminado e onde o governo de Vichy se prestara a servir de carrasco para os nazistas. Essa vergonhosa conjuntura era muito bem ilustrada por uma anedota: "Por que as estradas da França são arborizadas?" "Para que as tropas alemãs possam avançar pela sombra." Sob o nazismo, o anti-semitismo francês ganhou força: judeus foram denunciados, presos,

*Impressão e Acabamento:*  
Rumo Gráfica Editora Ltda.

**ISBN 85 08 05627 3**

1995

Todos os direitos reservados

**Editora Ática**

Rua Barão de Iguaçu, 110 — CEP 01507-900

Tel.: PABX(011) 278-9322 — Caixa Postal 8656

End. Telegráfico "Bomlivro" — Fax: (011) 277-4146

São Paulo — SP

deportados, enviados para o massacre, como lembra o triste episódio do Velódromo, de onde milhares de prisioneiros foram mandados para os campos de extermínio.

Mas havia a Resistência, da qual Sartre fez parte, e havia quem observasse o que se passava. Com a libertação da França, os fatos vieram à luz. Colaboracionistas foram presos e julgados, como bem documentou a câmara de Cartier-Bresson. Era um processo catártico, cujo clima de certo modo envolveu Sartre.

*A questão judaica* é um livro curto. Não pretende ser uma exaustiva revisão; não há uma única referência bibliográfica. "Escrevi o texto sem consultar nenhuma documentação, sem ler nenhum livro judaico", disse Sartre em 1975, numa entrevista a Benny Lévy, à época seu secretário particular, depois professor de filosofia na Universidade de Paris VII. "Escrevi o que pensava." <sup>9</sup>

A espontaneidade é visível. O livro não está organizado por seções ou capítulos; assemelha-se aos ensaios de Montaigne, que Sartre aliás cita. O envolvimento pessoal do autor traduz-se na emoção, pouco habitual em um filósofo, que permeia o texto. Sartre o admite; na mesma entrevista a Lévy explica que, após a Libertação, passou a ter uma ligação profunda com judeus: Claude Lanzmann (o notável jornalista e cineasta de *Shoah*), o próprio Lévy. A filha adotiva, Arlette, é judia. Judia é também sua biógrafa, Annie Cohen-Solal. Pôde assim ter uma visão "de dentro" da condição judaica. Conhecendo de perto as vítimas da perseguição e da humilhação, ele tinha um poderoso motivo para lançar luz sobre a face oculta da sociedade francesa.

Sartre não foi o primeiro intelectual a se manifestar contra o anti-semitismo na França. O caso Dreyfus, cujo centenário foi lembrado em 1994, constituiu-se em verdadeiro *turning point*. A acusação de espionagem feita a Alfred Dreyfus, oficial — judeu — do Exército francês, mobilizou as consciências e a inteligência do país. Émile Zola, Jean Jaurès, Marcel Proust, entre outros,

manifestaram seu repúdio ao que era, claramente, uma campanha antijudaica. Aliás, foi nessa ocasião que o termo intelectual começou a ser usado. É claro que nem todos os intelectuais eram contra o preconceito; muitos exigiam a condenação de Dreyfus, através do *La Libre Parole*, jornal de direita editado por Édouard Drumont. À época de Sartre, dois nomes adquiriram relevância, ambos citados no livro: Charles Maurras e o romancista Louis-Ferdinand Céline, colaboracionista conhecido que veio, afinal, a ser julgado e condenado. Estes eram, sem dúvida, os interlocutores que Sartre atacava; daí o tom polêmico do livro.

A idéia que se faz do judeu, diz Sartre, determina a atitude corrente em relação ao judaísmo. Para o anti-semita, esta atitude é sempre uma paixão. Uma paixão grupal: os preconceituosos se unem, compartilham os mesmos mecanismos psicológicos. Dos quais o fundamental é a *projecção*. O judeu passa a ser depositário de todo o mal. E que mal é esse? Ora, todo mundo sabe. Por exemplo: os judeus são avaros. Claro, não são só eles os avaros, há avaria também entre os cristãos (dirigindo-se ao público francês, Sartre tem de usar o binômio cristianismo-judaísmo), mas a avaria judaica é diferente, ela é... judaica. O ódio anti-semita obscurece a visão histórica. A chamada usura dos judeus data da Idade Média. Garantida pelo trabalho dos servos, a classe hegemônica, a nobreza feudal, afetava uma arrogante despreocupação pelo dinheiro, tanto quanto desprezava o trabalho. Mas armas, jóias, roupas, especiarias, tudo isso tinha seu preço. A solução foi atribuir o papel de depositário e manipulador do dinheiro a um tipo marginal, o judeu. Quando os senhores feudais não podiam, ou não queriam, pagar as dívidas, tudo o que tinham que fazer era desencadear um massacre de judeus.

Mas não só a ocupação caracteriza o judeu. Há um modo de pensar judaico: os judeus estão sempre dissecando, sempre analisando, incansavelmente, sem jamais descansar na misericórdia da síntese. Trata-se de um caráter étnico. (Aqui Sartre faz um pouco de confusão: não nego, diz ele, que haja uma raça ju-

daica, para logo adiante admitir que os caracteres biológicos — supostamente a marca racial — variam muito entre os judeus. Sartre não tem dúvida quanto à natureza doentia do anti-semitismo, que coloca entre as “grandes paranóias”. Mas também tem algumas farpas para os que se pretendem amigos dos judeus. Censura asperamente o silêncio da imprensa francesa a respeito do genocídio judaico, incluindo aí jornalistas que não tocavam no assunto para, segundo diziam, proteger os próprios judeus. Menciona ironicamente o “esnobismo da tolerância”, uma fraqueza da democracia.

É muito interessante a análise que Sartre faz da repercussão do anti-semitismo sobre os próprios judeus. Fala do “complexo judaico” (expressão do hoje pouco mencionado Wilhelm Stekel): o judeu tem medo de agir ou de pensar como judeu. Recusa assim a sua posição de homem como “uma liberdade em situação”, conceito basilar do existencialismo sartriano, e cai naquela situação de alienação, de falsa consciência, que Marx descrevia para o proletariado. Sartre não deixa de mencionar também o anti-semitismo judaico, o auto-ódio judeu, uma das consequências mais penosas e mais grotescas da perseguição.

De outra parte, os judeus são inimigos da violência; é na razão que eles procuram abrigo. Um fenômeno mais visível na França, onde o ideário da razão, consagrado pela Revolução de 1789, traduziu-se em medidas favoráveis à emancipação dos judeus, como foi o caso da política de *carrières ouvertes aux talents*. É claro que isso não resolve o problema; o anti-semita não está interessado na razão. Ele ataca o judeu por ser capitalista e o ataca por ser comunista; que haja aí uma contradição, pouco lhe importa. Quando é mais sofisticado, recorre às elucubrações da metafísica, esta se constituindo no “apanágio das classes dirigentes arianas”. O resultado final é a inquietude judaica, uma inquietude que Sartre rotula de “social” e que se manifesta na contestação, para a qual não faltam exemplos: Spinoza, Marx,

Freud, precedidos, se a gente assim quiser, do próprio Jesus, que em sua época desafiou as autoridades constituídas.

É o anti-semita quem faz o judeu? No afã de defender esta idéia, Sartre acabou minimizando aspectos importantes da condição judaica. A sua história, por exemplo; naquele momento, diz Sartre na entrevista a Benny Lévy, “eu pensava na história sob uma forma bem definida: a história da França, a história da Alemanha... a história de uma realidade política com uma terra e com relações com outros Estados iguais a ela”. Só mais tarde se deu conta de que um grupo humano, mesmo sem terra, sem Estado, pode, sim, ter uma História com H maiúsculo. Da mesma forma, deu ênfase ao sofrimento judaico, esquecendo que nem só de dores vivem os judeus: ao longo de sua trajetória produziram uma cultura, uma literatura e até um peculiar humor.

Sartre termina sua obra discutindo as maneiras de combater o anti-semitismo. Homem de esquerda, conclui que esta forma de intolerância é uma representação mítica e burguesa da luta de classes que não existiria numa sociedade sem classes. Parafraseando Richard Wright, para quem nos Estados Unidos não existe problema negro — existe problema branco —, diz que o anti-semitismo não é problema dos judeus, ele é problema nosso. E finaliza: “Nenhum francês será livre enquanto os judeus não alcançarem a plenitude de seus direitos”. Uma posição de grandeza que consagra Jean-Paul Sartre e faz de sua obra um monumento do espírito humano.

## 1

Se um homem atribui, no todo ou em parte, os problemas do país e seus próprios problemas à presença de elementos judeus na comunidade, se ele propõe remediar esse estado de coisas privando os judeus de certos direitos, afastando-os de certas funções econômicas e sociais, expulsando-os do território ou exterminando-os todos, diz-se que ele tem *opiniões anti-semitas*.

Essa palavra, *opinião*, faz pensar... É a mesma que a dona-de-casa usa para pôr fim a uma discussão que ameaça azedar-se. A palavra sugere que todos os juízos se equivalem, tranqüiliza e dá aos pensamentos uma fisionomia inofensiva, equiparando-os a gostos. Há todo tipo de gosto, todas as opiniões são permitidas; gostos, cores, opiniões não se discutem. Em nome das instituições democráticas, em nome da liberdade de opinião, o anti-semita reivindicava o direito de pregar por toda a parte a cruzada antijudaica. Ao mesmo tempo, acostumados que estamos desde a Revolução [Francesa] a encarar qualquer assunto com espírito analítico, ou seja, como um composto cujos elementos podem ser dissociados, vemos as pessoas e suas índoles como mosaicos em que as pedras convivem umas com as outras sem que tal coexistência afete a natureza de cada pedra. Do mesmo modo, a opinião anti-semita parece-nos uma molécula susceptível de combinar-se sem alteração com quaisquer outras moléculas. Um ho-

mem pode ser bom pai e bom marido, cidadão zeloso, erudito refinado, filantropo e anti-semita. Pode apreciar uma pescaria e os prazeres do amor, ser tolerante em matéria de religião e cheio de idéias generosas sobre os nativos da África central e detestar os judeus. Dirão que, se não gosta deles, é porque a experiência lhe mostrou que são maus, é porque as estatísticas lhe mostraram que são perigosos, é porque certos fatores históricos influenciaram seu julgamento. Assim, a opinião anti-semita parece ser efeito de causas externas, e os que querem estudá-la vão negligenciar a pessoa do anti-semita para mencionar a porcentagem de judeus mobilizados em 1914, a porcentagem de judeus banqueiros, industriais, médicos, advogados, a história dos judeus na França desde os primórdios. Chegarão a revelar certa situação rigorosamente objetiva que determina uma corrente de opinião igualmente objetiva que vão denominar anti-semitismo, da qual poderão traçar um gráfico ou estabelecer as variações de 1870 a 1944. Dessa maneira, o anti-semitismo parece ser tanto um gosto subjetivo, que se combina com outros gostos para formar a pessoa, quanto um fenômeno impessoal e social, que pode ser expresso com números e médias e é condicionado por constantes econômicas, históricas e políticas.

Nem digo que essas duas concepções sejam necessariamente contraditórias. Digo que são perigosas e falsas. Em rigor, admito que se tenha uma opinião sobre a política vinícola do governo, ou seja, que se decida, *de modo arrazoado*, aprovar ou condenar a livre importação dos vinhos da Argélia — trata-se então de dar um parecer sobre a administração das coisas. Mas recomendo-me a chamar de opinião uma doutrina que visa expressamente pessoas específicas e tende a suprimir-lhes os direitos ou a exterminá-las. O judeu que o anti-semita quer atingir não é um ser esquemático e definido unicamente por sua função, como no direito administrativo, ou por sua situação ou seus atos, como no Código Civil. É um judeu, filho de judeus, reconhecível pelo físico, pela cor do cabelo, talvez pelas roupas e, dizem, pelo caráter. O anti-semitismo não se inclui na categoria de pensamentos que o direito de livre opinião protege.

Aliás, o anti-semitismo é coisa bem diferente de um pensamento. É antes de tudo uma *paixão*. Sem dúvida, ele pode apresentar-se na forma de proposição teórica. O anti-semita "moderado" é um homem cortês que delicadamente nos dirá: "Eu não detesto os judeus. Simplesmente preferiria que, por esta ou aquela razão, eles tivessem uma participação reduzida na vida nacional". Mas logo depois, se já ganharmos sua confiança, ele vai acrescentar de modo mais descuidado: "Veja bem, deve haver alguma coisa com os judeus: eles me incomodam fisicamente". Vale a pena examinar tal argumento, que já ouvi centenas de vezes. Em primeiro lugar, ele tem relação com a lógica passional, pois pode-se imaginar alguém que diga seriamente: "Deve haver alguma coisa com os tomates, porque eu detesto tomate". Mas, por outro lado, ele nos mostra que o anti-semitismo, em suas formas mais moderadas, mais evoluídas, continua a ser uma totalidade sincrética que se exprime por discursos de aparência racional, mas que pode implicar até alterações corporais. Alguns homens ficam subitamente impotentes se descobrem que a mulher com a qual fazem amor é judia. Existe um nojo aos judeus, tal como existe em certas pessoas um nojo aos chineses ou aos negros. E não é do corpo que nasce essa repulsa (pois pode-se muito bem amar uma judia caso se desconheça sua raça); ela chega ao corpo pela mente; é um estímulo da alma, mas tão profundo e total que chega ao plano fisiológico, como ocorre na histeria.

Esse estímulo não é provocado pela experiência. Interrompei centenas de pessoas sobre as razões de seu anti-semitismo. A maioria limitou-se a enumerar os defeitos que tradicionalmente se atribuem aos judeus. "Eu os detesto porque são interesseiros, insidiosos, maçantes, pérfidos, sem tato, etc." "Mas você pelo menos se relaciona com algum judeu?" "Não, eu me cuido!" Um pintor me disse: "Sou contra os judeus porque, com aquela atitude crítica, eles encorajam os empregados domésticos a serem desobedientes". Vamos agora a experiências mais específicas. Um jovem ator sem talento afirma que os judeus o impediram de fazer carreira no teatro, relegando-o sempre a papéis

menores. Uma moça me diz: "Tive discussões infernais com uns peleiros porque me roubaram e queimaram a pele que deixei com eles. Pois bem, eram todos judeus". Mas por que preferiu ter mais ódio aos judeus do que aos peleiros? Por que os judeus ou os peleiros e não determinado judeu, determinado peleiro? Porque tinha uma predisposição ao anti-semitismo. No liceu, um colega me diz que os judeus o irritam por causa das mil injustiças que segmentos sociais "judaizados" cometem em benefício próprio. "Um judeu foi admitido ao magistério superior no mesmo ano em que fui reprovado, e não venha me dizer que aquele sujeito, com um pai que veio de Cracóvia ou de Lemberg, compreendia melhor do que eu um poema de Ronsard ou uma ecloga de Virgílio." Mas, por outro lado, ele confessa que não liga para o magistério superior, que este é mesmo uma barafunda e que não se preparou para o concurso. Portanto, ele dispõe de dois sistemas de interpretação para explicar seu fracasso, como aqueles loucos que, quando se entregam ao delírio, afirmam ser o rei da Hungria e, se os inquirimos duramente, confessam ser sapateiros. Seu pensamento oscila entre dois planos, sem que por isso ele sinta qualquer constrangimento. Melhor ainda: vai até justificar sua preguiça de então dizendo que seria muita bobagem preparar-se para um exame em que os judeus são preferidos aos bons franceses. Aliás, foi o vigésimo sétimo na lista definitiva. Havia vinte e seis à frente dele, doze aprovados e catorze reprovados. Se tivessem excluído os judeus do concurso, teria melhorado sua colocação? E, mesmo se fosse o primeiro entre os não-admitidos, mesmo se, eliminando-se um dos candidatos aprovados, ele tivesse uma chance de passar, por que eliminariam o judeu Weil de preferência ao normando Mathieu ou ao bretão Arzell? Para que meu colega se tenha indignado, foi necessário que de antemão ele tivesse adotado certa idéia do judeu, de sua natureza e de sua função social. E, para que tenha decidido que, entre vinte e seis concorrentes mais afortunados, era o judeu quem lhe havia roubado o lugar, fez-se necessário que *a priori* ele tenha preferido conduzir sua vida com raciocínios passionais. Longe de a experiência gerar a noção de judeu,

é esta o que dá sentido à experiência; se o judeu não existisse, o anti-semita o inventaria.

Muito bem, mas na falta da experiência não seria o caso de reconhecer que o anti-semitismo se explica por certos dados históricos? Afinal, ele não nasce do nada. Para mim, seria fácil responder que a história da França não ensina nada sobre os judeus: foram oprimidos até 1789; depois, participaram como puderam da vida nacional, beneficiando-se, é verdade, da liberdade de competição para tomar o lugar dos incapazes, mas não mais nem menos do que os outros franceses — não cometeram crimes contra a França, não apelaram para a traição. E, se houve quem acreditasse ter comprovado que em 1914 o número de soldados judeus era menor do que deveria, foi porque teve a curiosidade de consultar as estatísticas, pois não se trata de um desses fatos que saltam aos olhos e nenhum convocado ficou espontaneamente admirado de não ver um israelita no estreito setor que constituía seu universo pessoal. Mas como, em todo o caso, as informações que a história fornece sobre a função de Israel\* dependem essencialmente das concepções que as pessoas têm da história, penso que seria melhor tomar emprestado a outro país um exemplo manifesto de “traição judaica” e calcular as repercussões que essa traição pode ter tido sobre o anti-semitismo contemporâneo. Durante as revoltas polonesas que ensanguentaram o século XIX, os judeus de Varsóvia, a quem os czares poupavam por motivos políticos, teriam demonstrado bastante frieza para com os revoltosos; e, não havendo participado das insurreições, puderam conservar e até aumentar seu patrimônio num país arruinado pela repressão. Não sei se tal informação é exata. O certo é que muitos poloneses acreditam nela, e esse “dado histórico” contribui bastante para indispô-los contra os judeus. Mas, se examinarmos as coisas mais atenta-

\* Sartre emprega o termo Israel em sua acepção clássica, para designar o conjunto dos judeus. Vale lembrar que o moderno Estado de Israel ainda não existia à época em que este livro foi escrito. (N.T.)

mente, descobriremos um círculo vicioso: dizem que os czares não tratavam mal os judeus da Polônia enquanto de bom grado ordenavam *pogroms* contra os da Rússia. Essas atitudes tão diversas tinham um mesmo motivo: o governo russo considerava inassimiláveis os judeus tanto da Rússia quanto da Polónia e, segundo as necessidades da política, mandava massacrá-los em Moscou ou em Kiev, pois ameaçavam enfraquecer o império moscovita, e os favorecia em Varsóvia, para alimentar a discordia entre os poloneses. Estes, pelo contrário, demonstravam apenas ódio e desprezo aos judeus da Polónia, mas a razão era a mesma: para eles, Israel não podia integrar-se na coletividade. Tratados como judeus pelo czar e pelos poloneses, recebendo involuntariamente benefícios numa comunidade estrangeira, é de espantar que esses elementos minoritários se comportassem segundo a representação que deles se fazia? Em outras palavras, o essencial aí não é o “dado histórico”, mas a idéia que os agentes da história fazem do judeu. E, quando guardam rancor aos israelitas por causa de sua conduta pregressa, os poloneses de hoje são movidos pela mesma idéia: para que se pense em condenar os netos pelas falhas dos avós, é preciso que antes de mais nada se tenha um senso de responsabilidade muito primitivo. Mas isso não basta: é preciso que se faça dos netos a imagem que se fez dos avós; é preciso acreditar que os jovens sejam capazes de fazer o que fizeram os velhos — é preciso persuadir-se de que o caráter judaico é hereditário. Assim, os poloneses de 1940 trataram os israelitas como *judeus* porque seus ancestrais de 1848 haviam feito o mesmo com seus contemporâneos. E talvez essa representação tradicional tivesse, em outras circunstâncias, levado os judeus de hoje a agir como os de 1848. Portanto, é a *idéia* que se faz do judeu o que parece determinar a história, não é o “dado histórico” o que faz nascer a idéia. E, já que também se fala de “dados sociais”, basta que nos detenhemos nisso para voltarmos ao mesmo círculo vicioso: dizem que há uma quantidade excessiva de advogados judeus, mas alguém se queixa de que há um excesso de advogados normandos? Mesmo se todos os brejões fossem médicos, as pessoas não se limitariam a

dizer que “a Bretanha fornece médicos para a França inteira”? Ah, responderão, isso é muito diferente! Sem dúvida, e justamente porque consideramos os normandos como normandos e os judeus como judeus. Por isso, de qualquer ângulo que olhemos, a *idéia de judeu* é o que parece ser essencial.

Fica evidente que nenhum fator externo pode levar o anti-semita ao anti-semitismo. O anti-semitismo é uma escolha livre e total de si mesmo, uma atitude global que alguém adota não apenas para com os judeus, mas para com os seres humanos em geral, a história e a sociedade; é tanto uma paixão quanto uma visão de mundo. Sem dúvida, neste ou naquele anti-semita certos traços serão mais acentuados do que em outros. Mas os traços estão todos sempre presentes e se comunicam uns com os outros. É essa totalidade sincrética o que devemos tentar descrever agora.

Assinalei há pouco que o anti-semitismo se apresenta como paixão. Todos entendemos que se trata de uma afecção de ódio ou de ira. Mas em geral o ódio e a ira são *provocados*: odeio quem me faz sofrer, debocha de mim ou me insulta. Acabamos de ver que a paixão anti-semita não poderia ter esse caráter: ela se antecipa aos fatos que deveriam originá-la, busca-os para alinhar-se, precisa até interpretá-los a sua maneira para que se tornem verdadeiramente injuriosos. E no entanto, se falarmos do judeu ao anti-semita, este dará todos os sinais de uma grande irritação. Se, por outro lado, nos lembrarmos de que devemos sempre *ceder* à ira para que ela possa manifestar-se, teremos de convir que o anti-semita *escolheu* viver à maneira passional. Não é raro que se prefira uma vida passional a uma vida racional. Mas é porque em geral amamos os *objetos* da paixão: as mulheres, a glória, o poder, o dinheiro. Já que o anti-semita escolheu o ódio, só podemos concluir que o que ele ama é o *estado* passional. Na maioria das vezes, esse tipo de afecção é pouco agradável: quem deseja apaixonadamente uma mulher está apaixonado por causa da mulher e a despeito da paixão; desconfiamos dos raciocínios passionais, que visam a demonstrar por todos os meios opiniões ditadas pelo amor, pelo ciúme ou pelo ódio; des-

confiamos dos desregramentos passionais e daquilo que se denominou monoidéismo. É isso, pelo contrário, o que o anti-semita escolhe antes de mais nada. Mas por que prefere o raciocínio falso? Porque tem a nostalgia da impermeabilidade. O homem racional busca angustiosamente a verdade, está ciente de que seus raciocínios são apenas prováveis, de que outras considerações vão colocá-los em dúvida; nunca sabe muito bem para onde está indo; é “aberto”, pode até ser tomado por hesitante. Mas há pessoas que são atraídas pela constância das pedras. Querem ser maciças e impenetráveis, não querem mudar — pois aonde a mudança as levaria? Trata-se de um medo primordial de si mesmas e um medo da verdade. E o que as assusta não é o teor da verdade, do qual aliás nem desconfiam mesmo, mas sim a forma do verdadeiro, esse objeto de contornos indefinidos. É como se a própria existência dessas pessoas estivesse permanentemente em suspenso. Mas elas querem existir aqui e agora. Não querem opiniões adquiridas, querem opiniões inatas; como têm medo de raciocinar, desejam um modo de vida no qual o raciocínio e a indagação tenham papel apenas subalterno, no qual só se busque o que já se descobriu, no qual o que já é nunca se transforme. Para isso, resta apenas a paixão. Só um forte preconceito [*une forte prévention sentimentale*] pode produzir uma certeza fulgurante, só ele pode subjugar o raciocínio, só ele pode permanecer impermeável à experiência e durar toda uma vida. O anti-semita escolheu o ódio porque o ódio é uma fé; antes de mais nada, preferiu desvalorizar as palavras e as razões. Agora se sente à vontade, e as discussões sobre os direitos dos judeus lhe parecem fúteis e levianas — pois logo de início ele já se colocou em outro terreno. Se, por cortesia, consente em defender por um instante o seu ponto de vista, ele se presta a fazê-lo mas na realidade não o faz: simplesmente tenta projetar no plano do discurso a sua certeza intuitiva. Citei há pouco algumas “palavras” de anti-semitas, todas absurdas: “Odeio os judeus porque ensinam os criados a serem desobedientes, porque um peleiro judeu me roubou, etc.”. Não devemos pensar que os anti-semitas ignorem completamente o quanto essas respostas são



absurdas. Sabem que seus discursos são levianos e contestáveis; mas se divertem com eles, e seu adversário é quem tem o dever de empregar seriamente as palavras, visto que acredita nelas; os anti-semitas têm o direito de brincar. Gostam até de brincar com o discurso, pois com seus argumentos jocosos lançam o descrido sobre a seriedade de seus interlocutores; deliciam-se em agir de má-fé, pois para eles não se trata de convencer com bons argumentos, e sim de intimidar ou desorientar. Se os pressionamos bastante, eles se fecham e declaram com soberba que a hora de argumentar já passou; não é que tenham medo de ser persuadidos — temem apenas que acabem fazendo um papel ridículo ou que seu embaraço não pegue bem com uma terceira pessoa que desejam atrair para a causa.

Portanto, se o anti-semita é, como todos podem ver, impermeável à razão e à experiência, isso não se dá porque sua convicção seja grande; antes, sua convicção é grande porque primeiro ele escolheu ser impermeável!

Também escolheu ser temível. As pessoas têm receio de irritá-lo. Ninguém sabe a que extremos os desvarios da paixão do anti-semita podem levá-lo, mas ele sabe — pois essa paixão não é provocada exteriormente. Ele a conserva bem à mão e a usa a seu bel-prazer, ora soltando ora puxando suas rédeas. Não tem medo de si mesmo, mas vê nos olhos dos outros uma imagem inquietante, que é a sua própria, e ajusta as palavras e os gestos a essa imagem. Tal modelo exterior o dispensa de procurar sua personalidade dentro de si; preferiu estar todo no exterior, nunca voltar-se para si mesmo, ser apenas o medo que provoca nos outros — mais do que fugir à Razão, ele fugiu à consciência íntima de si mesmo. Muito bem, mas e se ele for assim apenas com os judeus? E se no mais ele agir com bom senso? Respondo que isso é impossível: tome-se o caso do peixeiro que em 1942, irritado com a concorrência de dois judeus que ocultavam a raça, um belo dia tomou da pena e os delatou. Asseguraram-me que de resto ele era afável e jovial, o melhor sujeito do mundo. Mas não acredito: um homem que acha natural delatar outros seres humanos não pode ter nossa concepção de

humanidade; não vê com nossos olhos nem mesmo as pessoas a quem ajuda; sua generosidade, sua brandura não se parecem com nossa brandura, nossa generosidade; não há como circunscrever a paixão.

O anti-semita reconhece de bom grado que os judeus são inteligentes e trabalhadores; nisso vai até confessar-se inferior a eles. Essa concessão não lhe custa grande coisa: já pôs de lado tais qualidades. Ou melhor, o valor delas deriva de quem as possui: quanto mais qualidades o judeu tiver, mais perigoso ele será. Já o anti-semita não tem ilusões sobre si mesmo. Considera-se um homem médio, bem mediano, no fundo até mediocre; não há exemplo de anti-semita que reivindicue uma superioridade individual sobre os judeus. Mas não acha que sua mediocridade seja vergonhosa — pelo contrário, o anti-semita se compraz com ela; eu diria que optou por ela. Esse homem teme todo tipo de solidão, a do gênio tanto quanto a do assassino; é o homem das multidões: por menor que seja sua altura, ainda toma a precaução de abaixar-se, com medo de emergir da manada e ver-se cara a cara consigo mesmo. Se ele se tornou anti-semita, foi porque não se pode ser anti-semita sozinho. A frase “Ódio os judeus” é dessas que as pessoas pronunciam em grupo; pronunciando-a, ligam-se a uma tradição e a uma comunidade: a dos médicos. Por isso, convém lembrar que não se é necessariamente humilde ou mesmo modesto só porque se adotou a mediocridade. Muito pelo contrário: há um orgulho passional dos médicos, e o anti-semitismo é uma tentativa de valorizar a mediocridade, de criar uma elite de médicos. Para o anti-semita, a inteligência é judaica, e portanto pode desde-nhá-la com toda a tranquilidade; assim como desdenha todas as outras virtudes do judeu: elas são substituídos que os judeus utilizam para fazer as vezes dessa mediocridade equilibrada que sempre lhes faltará. O verdadeiro francês, enraizado em sua província, em sua região, apoiado por uma tradição de vinte séculos, beneficiando-se de uma sabedoria ancestral, guiado por costumes testados e aprovados, não precisa de inteligência.

Sua virtude baseia-se na propriedade, na assimilação das qualidades depositadas pelo trabalho de cem gerações nos objetos que o cercam. Mas, é claro, trata-se da propriedade que se herda, e não daquela que se compra. Por princípio, o anti-semita não compreende as diversas formas da propriedade moderna: dinheiro, ações, etc.; são abstrações, entidades imaginárias que se assemelham à inteligência abstrata do semita; uma ação não é de ninguém porque pode ser de todos e porque é um sinal de riqueza, e não um bem concreto. O anti-semita só consegue imaginar um tipo de acumulação primitiva e fundiária, que se baseia numa verdadeira relação mágica de posse, na qual o objeto possuído e o possuidor estão unidos por um vínculo de participação mística; ele é o poeta dos bens de raiz. Estes transfiguram o proprietário e lhe dão uma sensibilidade particular e concreta. Evidentemente, tal sensibilidade não se refere às verdades eternas, aos valores universais: o universal é judeu, pois é objeto da inteligência. O que esse senso sutil consegue discernir é o que a inteligência não consegue ver. Em outras palavras, o princípio do anti-semitismo é que a posse concreta de um objeto proporciona magicamente o senso desse objeto. Maurras afirma que um judeu será sempre incapaz de entender este verso de Racine:

*Dans l'Orient désert quel devint mon ennui!*\*

E por que logo *eu*, o medíocre, entenderia aquilo que a inteligência mais fina, mais cultivada, não consegue penetrar? Por que possuo Racine. Racine, meu idioma e meu solo. Talvez o judeu fale um francês mais correto do que o meu, talvez conheça melhor a sintaxe, a gramática, talvez até seja escritor — não importa. Ele fala o idioma há apenas vinte anos, e eu há mil. A pu-

\* "Quão grande foi minha afição nos desertos do Oriente!" Trata-se de uma das mais famosas passagens de Racine, a fala de Antíoco no ato I, cena 4, da tragédia *Berenice*. (N.T.)

reza de seu estilo é abstrata, aprendida; meus erros de francês estão de acordo com o espírito da língua. Reconhece-se aí o raciocínio que Barrès usava contra os *bourgeois*. Por que espantarse? Os judeus não são mesmo os *bourgeois* da França? Deixa-se para eles tudo que a inteligência, tudo que o dinheiro podem adquirir — coisas que não têm valor. Só os valores irracionais contam, e precisamente esses valores serão sempre negados aos judeus. Portanto, o anti-semita abraça logo de saída o irracionalismo. Opõe-se ao judeu tal como o sentimento à inteligência, o particular ao universal, o passado ao presente, o concreto ao abstrato, o possuidor de bens de raiz ao proprietário de valores mobiliários. Contudo, muitos anti-semitas — talvez a maioria — pertencem à pequena burguesia urbana; são funcionários públicos, assalariados, pequenos comerciantes que nada possuem. Mas, justamente ao se indisporerem contra o judeu, eles de súbito tomam consciência de ser proprietários: ao descreverem o israelita como ladrão, colocam-se na invejável posição de gente passível de ser roubada; se o judeu quer roubar-lhes a França, é possível que a França lhes pertence. Assim, escolheram o anti-semitismo como meio de darem consecução a sua qualidade de proprietários. O judeu tem mais dinheiro do que eles? Tanto melhor: já que o dinheiro é judeu, podem desprezá-lo como desprezam a inteligência. Possuem menos do que o fidalgo de Périgord ou o grande fazendeiro da Beauce? Não importa: para eles, já é suficiente que possam fomentar uma ira vingativa contra os ladrões israelitas, logo sentirão a presença de todo o país. Os verdadeiros franceses, os bons franceses são todos iguais, pois cada um deles possui só para si a França indivisa. Por isso, eu poderia muito bem chamar o anti-semitismo de um esnobismo dos pobres. E, de fato, parece que a maioria dos ricos mais utiliza essa

\* Há aí um jogo com as acepções dessa palavra francesa: no primeiro caso, faz-se referência aos bolsistas, alunos admitidos gratuitamente num colégio, entre os quais se alegava haver um número desproporcionalmente grande de judeus; no segundo, aos especuladores da Bolsa, que para muitos eram sinônimo de parasitas. (N.T.)

paixão do que se abandona a ela — têm coisa melhor para fazer. Ela em geral se propaga nas classes médias, justamente porque não possuem nem terra, nem castelo, nem casa, mas apenas algum dinheiro vivo e umas ações no banco. Não por acaso, a pequena burguesia alemã de 1925 era anti-semita. A principal preocupação desse "proletariado de colarinho postiço" era distinguir-se do verdadeiro proletariado. Arruinado pela grande indústria, escarnecido pelos *Junker*, seu coração estava inteiramente com os *Junker* e os grandes industriais. Entregou-se ao anti-semitismo com o mesmo entusiasmo com que usava roupas burguesas — *porque* os operários eram internacionalistas, porque os *Junker* possuíam a Alemanha e ele queria possuí-la também. O anti-semitismo não consiste apenas no prazer de odiar; acarreta também prazeres positivos: tratando o judeu como ser inferior e pernicioso, estou também afirmando que pertenço a uma elite. E esta, muito diferentemente das elites modernas que se baseiam no mérito ou no trabalho, assemelha-se em tudo a uma aristocracia de sangue. Não preciso fazer nada para merecer minha superioridade, e não há como perdê-la. É dada para sempre — é uma coisa.

Não devemos confundir essa primazia com o valor. O anti-semita não quer tanto assim o valor. Procura-se o valor exatamente como se procura a verdade; dificilmente o percebemos, é preciso fazer por merecê-lo, e, uma vez adquirido, está sempre em questão: um passo em falso, um erro, e ele se vai; por isso, durante toda a vida, sem nenhum descanso, ficamos responsáveis pelo que valemos. O anti-semita foge à responsabilidade como foge a sua própria consciência; e, ao escolher para sua pessoa a constância mineral, escolhe para sua moral uma escala de valores petrificados. Não importa o que faça, sabe que estará sempre no topo da escala; não importa o que o judeu faça, já-mais passará da base. Estamos começando a pressentir o sentido da escolha que o anti-semita faz de si mesmo: escolhe o irremediável por medo da liberdade, a mediocridade por medo da solidão, e por orgulho faz dessa irremediável mediocridade uma aristocracia petrificada. A existência do judeu lhe é absoluta-

mente necessária nessas diversas operações: sem ele, o anti-semita seria superior a quem? Melhor ainda: é em face do judeu, e do judeu apenas, que o anti-semita se realiza como sujeito por direito. Se por milagre todos os israelitas fossem exterminados tal como ele quer, o anti-semita tornaria a ver-se como porteiro ou lojista numa sociedade fortemente hierarquizada em que a qualidade de "verdadeiro francês" valeria bem pouco, pois todo mundo a possuiria; ele perderia a sensação de ter seus direitos ao país, pois ninguém iria mais contestá-los; e aquela profunda igualdade que o aproximava do nobre e do rico desapareceria de uma só vez, pois era principalmente negativa. Seus fracassos, que atribuía à concorrência desleal dos judeus, ele precisaria imputá-los urgentemente a alguma outra causa; ou, então, precisaria interrogar-se a respeito de si mesmo, com risco de cair na amargura, num ódio melancólico às classes privilegiadas. Por isso, o anti-semita tem o azar de necessitar fundamentalmente do próprio inimigo que deseja destruir.

O igualitarismo que o anti-semita busca com tanto empenho não tem nada em comum com a igualdade que se inscreve no programa das democracias. Esta precisa realizar-se numa sociedade economicamente hierarquizada e permanecer compatível com a diversidade de funções. Mas é *contra* a hierarquia das funções que o anti-semita reivindica a igualdade dos arianos. Não entende nada da divisão do trabalho e não liga: para o anti-semita, se todo cidadão pode reivindicar o título de francês, não é porque colabora, em sua posição, em seu ofício e com todos os outros, para a vida econômica, social e cultural do país — e sim porque, tanto quanto qualquer um dos outros, tem um direito imprescritível e congênto à totalidade indivisa da França. Assim, a sociedade que o anti-semita concebe é uma sociedade por justaposição, como aliás já se podia imaginar, pois seu ideal de propriedade é a propriedade fundiária. E, como os anti-semitas são de fato numerosos, cada um deles contribui para estabelecer no seio da sociedade organizada uma comunidade que opera por solidariedade automática. O grau de integração de cada anti-semita nessa comunidade, assim como seu grau de igualitaris-

mo, é fixado pelo que chamarei de temperatura do grupo. Proust mostrou, por exemplo, como o antidreyfusismo aproximava o duque e seu cocheiro e como famílias burguesas forçaram as portas da aristocracia graças ao ódio por Dreyfus. Isso porque a comunidade igualitária da qual o anti-semite se vale é do mesmo tipo das turbas ou dessas sociedades instantâneas que surgem por ocasião de linchamentos ou escândalos. A igualdade é ali o fruto da não-diferenciação de funções. O vínculo social é a ira; a coletividade tem como único objetivo exercer sobre certos indivíduos uma difusa sanção repressiva, e os impulsos e as representações coletivas impõem-se mais fortemente aos indivíduos quando nenhum deles é resguardado por uma função especializada. Assim, as pessoas submergem na turba, e os modos de pensar, as reações do grupo são do tipo primitivo puro. Por certo essas coletividades não nascem apenas do anti-semitismo: uma rebelião, um crime, uma injustiça podem fazê-las surgir inesperadamente. Mas, nesses casos, são formações efêmeras que logo desaparecem sem deixar vestígios. Como o anti-semitismo sobrevive às grandes crises de ódio aos judeus, a sociedade que os anti-semitas formam permanece em estado latente nos períodos normais, e todo anti-semite apela para ela. Incapaz de compreender a organização social moderna, tem a nostalgia daqueles períodos de crise em que a comunidade primitiva subitamente ressurgiu e atinge a temperatura de fusão. Quer que de repente sua pessoa se funda ao grupo e seja carregada pela torrente coletiva. É essa atmosfera de *pogrom* o que ele tem em vista quando pede "a união de todos os franceses". Nesse sentido, o anti-semitismo é na democracia uma forma dissimulada daquilo que se denomina a luta do cidadão contra o poder. Perguntem a qualquer um desses jovens turbulentos que infringem tranquilamente a lei e vão em bando espancar um judeu numa rua deserta: ele dirá que só quer um poder forte que o poupe da esmagadora responsabilidade de pensar por si mesmo; como a República é um poder fraco, ele é levado à indisciplina por amor à obediência. Mas um poder forte é mesmo o que deseja? Na realidade, ele exige para os outros uma ordem rigorosa e para si

uma desordem sem responsabilidade; quer pôr-se acima da lei escapando à consciência de sua liberdade e de sua solidão. Corre então a um subterfúgio: o judeu participa das eleições, há judeus no governo, e portanto o poder legal já está viciado na base; ou melhor, já não existe mais, e é legítimo não reconhecer seus decretos; aliás, nem se trata de desobediência: não se pode desobedecer ao que não existe. Assim, há para o anti-semite uma França *real* com um governo *real*, mas difuso, sem órgãos especializados, e uma França abstrata, oficial, judaizada, contra a qual precisa insurgir-se. Claro, essa rebelião permanente é obra do grupo: o anti-semite não conseguiria jamais agir ou pensar por si mesmo. E o próprio grupo não conseguiria conceber-se como partido minoritário — pois um partido está obrigado a criar um programa, a fixar uma linha política, e isso implica iniciativa, responsabilidade, liberdade. As associações anti-semitas não querem criar nada, recusam-se a assumir responsabilidades, teriam horror a apresentar-se como um segmento da opinião pública francesa, pois nesse caso precisariam estabelecer um programa e buscar meios de ação legal. Preferem apresentar-se como a expressão absolutamente pura e absolutamente passiva do sentimento do país *real* em sua indivisibilidade. Por isso, todo anti-semite é, em grau variável, um inimigo dos poderes regulares; quer ser membro disciplinado de um grupo indisciplinado; adora a ordem, mas a ordem *social*. Pode-se dizer que quer promover a desordem política para restaurar a ordem social, e esta lhe surge na forma de uma sociedade por justaposição, igualitária e primitiva, com temperatura elevada, da qual se excluiriam os judeus. Tais princípios lhe permitem beneficiar-se de uma estranha independência, que eu chamaria de liberdade às avessas. Isso porque a liberdade autêntica assume responsabilidades, e a do anti-semitismo surge quando ele se esquivava das suas. Oscilando entre uma sociedade autoritária que ainda não existe e uma sociedade oficial e tolerante que ele não reconhece, o anti-semite pode permitir-se tudo sem medo de passar por anarquista, coisa que lhe causaria horror. A profunda seriedade de seus propósitos, que nenhuma palavra, nenhum discurso, nenhum

ato conseguem exprimir, permite-lhe agir com certa levandade. É moleque, prega peças, dá surras, rouba — tudo por uma boa causa. Se o governo é forte, o anti-semitismo diminui, a menos que esteja no próprio programa de governo. Nesse caso, porém, o anti-semitismo muda de figura. Inimigo dos judeus, o anti-semita precisa deles; antidemocrata, é produto natural das democracias e só pode manifestar-se no contexto da República.

Estamos começando a entender que o anti-semitismo não é uma simples "opinião" sobre os judeus e implica toda a pessoa do anti-semita. Mas ainda não terminamos com ele — pois o anti-semitismo não se limita a dar diretrizes morais e políticas; é por si só um procedimento mental e uma visão de mundo. De fato, não poderíamos afirmar o que ele afirma sem nos referirmos implicitamente a certos princípios intelectuais. O anti-semita diz que o judeu é absolutamente mau, absolutamente judeu; suas virtudes, se as tem, tornam-se vícios porque são dele; suas obras trazem necessariamente a marca dele — se ele constrói uma ponte, esta é judia e portanto má, do primeiro ao último arco. Uma mesma ação, se realizada por um judeu e por um cristão, não tem o mesmo significado nos dois casos, pois o judeu transmite alguma qualidade execrável a tudo que toca. A primeira coisa que os alemães proibiram aos judeus foi o acesso às piscinas: achavam que, se o corpo de um israelita mergulhasse na água, esta ficaria completamente imunda. O judeu literalmente polui até o ar que respira. Caso tenhamos formulado tal princípio com proposições abstratas, chegaremos a isto: o todo é diferente da soma das partes e é mais do que ela; o todo determina o significado e o caráter profundo das partes que o compõem. Não existe *uma* virtude chamada coragem que participa indiferentemente do caráter judeu e do caráter cristão como o oxigênio se combina indiferentemente com o azoto e o argônio no ar e com o hidrogênio na água; toda pessoa é uma totalidade que não se pode decompor e que tem *sua* coragem, *sua* generosidade, *sua* maneira de pensar, *sua* beber e comer. Isso significa apenas que o anti-semita preferiu recorrer ao espírito de síntese para compreender o mundo. O espírito de síntese é o que lhe permite imaginar que forma uma união

indissolúvel com a França inteira. É em nome do espírito de síntese que ele denuncia a inteligência de Israel, puramente analítica e crítica. Mas é preciso especificar: já há algum tempo, tanto à direita quanto à esquerda, entre os tradicionalistas e entre os socialistas, apela-se para os princípios sintéticos contra o espírito de análise que presidiu à fundação da democracia burguesa. Não pode tratar-se dos mesmos princípios para uns e outros, ou pelo menos uns e outros fazem uso diferente desses princípios. De que forma o anti-semita os usa?

Praticamente não há anti-semitismo entre os operários. Disto que isso acontece porque não há judeus entre eles. Mas a explicação é absurda: se fosse verdadeira, os operários deveriam justamente queixar-se dessa ausência. Os nazistas sabiam muito bem disso, pois, quando quiseram levar sua propaganda ao proletariado, lançaram o *slogan* do "capitalismo judeu". A classe operária também pensa sinteticamente a situação social — só que não usa métodos anti-semitas. Divide os agrupamentos segundo funções econômicas, e não segundo dados técnicos. Burguesia, campesinato, proletariado: eis as realidades sintéticas de que se ocupa; e nessas totalidades ela vai distinguir estruturas sintéticas secundárias: sindicatos de trabalhadores, sindicatos patronais, trustes, cartéis, partidos. Assim, as explicações que dá para os fenômenos históricos se encontram perfeitamente de acordo com a estrutura diferenciada de uma sociedade baseada na divisão do trabalho. Segundo a classe operária, a história resulta do jogo dos organismos econômicos e da interação dos grupos sintéticos.

Ao contrário, a maioria dos anti-semitas está nas classes médias, ou seja, entre as pessoas que têm padrão de vida igual ou superior ao dos judeus ou, se preferirmos, entre os *não-produtores* (patrões, comerciantes, profissionais liberais, profissionais de transporte, parasitas). De fato, o burguês não *produz*: ele dirige, administra, distribui, compra e vende; sua função é entrar em relação direta com o consumidor, isto é, sua atividade baseia-se numa troca constante com as pessoas, ao passo que o operário, no exercício de sua profissão, está em contato permanente com

as coisas. Todo mundo julga a história segundo o ofício que exerce. Formado pela ação cotidiana sobre a matéria, o operário vê a sociedade como produto de forças reais que agem segundo leis rigorosas. Seu "materialismo" dialético significa que ele encara o mundo social da mesma forma que encara o mundo material. Já os burgueses, e o anti-semite em particular, optaram por explicar a história segundo a ação de vontades individuais. Não é dessas mesmas vontades que eles dependem no desempenho de suas profissões? Diante dos fatos sociais, comportam-se como aqueles primitivos que atribuem ao sol ou ao vento uma alma. Intri-gas, conluios, a perversidade de uns, a coragem e a virtude de outros: eis o que determina o rumo de sua firma e o rumo do mundo. O anti-semitismo, fenômeno burguês, surge assim como a opção de explicar os acontecimentos coletivos pela iniciativa dos particulares.

E, sem dúvida, o proletariado acaba caricaturando "o burguês" em seus cartazes e jornais tal como o anti-semite caricatura "o judeu". Mas não nos enganemos com essa semelhança superficial. Para o operário, o que resulta no burguês é a posição de burguês, ou seja, um conjunto de fatores externos; e o próprio burguês fica reduzido à unidade sintética de suas manifestações exteriores evidentes. Trata-se de um conjunto que é formado de *condutas*. Para o anti-semite, o que resulta no judeu é a presença da "judaicidade" [*juiverie*], um princípio análogo ao flogisto ou à virtude dormitiva do ópio. Não nos enganemos: as explicações baseadas na hereditariedade e na raça só vieram mais tarde, são um fino verniz científico para aquela convicção primitiva; já existia um horror ao judeu bem antes de Mendel e Gobineau, e quem o sentia só conseguia explicá-lo tal como Montaigne explicava sua amizade por La Boétie: "Porque era ele, e porque era eu" [*Parce que c'était lui, parce que c'était moi*]. Sem essa virtude metafísica, as atividades que se atribuem ao judeu seriam absoluta-

\* Aqui, faço uma exceção para o engenheiro, o empreendedor e o pesquisador, cujos ofícios os aproximam do proletariado e que, aliás, não são freqüentemente anti-semitas. (N.A.)

mente incompreensíveis. De fato, como entender a obstinada insensatez do rico negociante judeu, que, se fosse razoável, desejaria a prosperidade do país onde comercia e que, segundo afirmam, teima em arruiná-lo? Como entender o internacionalismo nefasto de homens que a família, os afetos, os hábitos, os interesses, a natureza e a fonte de sua fortuna deveriam ligar aos destinos de algum país? Os astuciosos falam de uma vontade judaica de dominar o mundo; mas, aí também, as manifestações dessa vontade podem parecer-nos ininteligíveis se não conhecermos seu fundamento; pois atrás do judeu ora nos mostram o capitalismo internacional, o imperialismo dos trustes e o comércio de armamentos, ora o bôlchevismo com a faca entre os dentes; não hesitam em responsabilizar igualmente o banqueiro israelita pelo comunismo, que deveria horripotá-lo, e o judeu miserável da Rue des Rosiers pelo imperialismo capitalista. Mas tudo se esclarece caso renunciemos a querer do judeu uma conduta racional e conveniente aos interesses dele e vejamos nele, ao contrário, um princípio metafísico que o leva a *fazer o mal* em toda e qualquer circunstância, ainda que para isso precise destruir a si mesmo. Bem se vê que tal princípio é mágico: de um lado, é uma essência, uma forma substancial, e, assim como o fogo não pode abster-se de queimar, o judeu não tem como modificá-la; de outro lado, como é necessário que se possa odiar o judeu e como não se odeia um tremor de terra ou a filoxera, essa virtude também é liberdade. Só que tal liberdade é cuidadosamente limitada: o judeu é livre *para fazer o mal*, mas não o bem; tem livre-arbítrio suficiente para arcar com a plena responsabilidade dos crimes que comete, mas não para emendar-se. Estranha liberdade esta que, em vez de preceder e constituir a essência, permanece inteiramente submetida a ela, é somente uma qualidade irracional e ainda assim continua a ser liberdade. Sei de apenas uma criatura que seja assim totalmente livre e presa ao mal, e é Satã, o próprio Espírito do Mal. Dessa maneira, o judeu pode ser identificado com o espírito do mal. Sua vontade, ao contrário da vontade kantiana, quer ser puramente, gratuitamente, universalmente má; é a má vontade. Por meio dele o mal chega ao mundo, e tudo que há de

ruim na sociedade (crises, guerras, privações, desordens e revoltas) pode ser direta ou indiretamente atribuído ao judeu. O anti-semita tem medo de descobrir que o mundo é malfeito — pois aí seria necessário inventar, modificar, e o homem voltaria a ver-se como senhor de seu próprio destino, com uma responsabilidade angustiante e infinita. Por isso, o anti-semita concentra no judeu todo o mal do universo. Se as nações entram em guerra, não é porque a ideia de nacionalidade, em sua forma atual, implica a ideia de imperialismo e de conflito de interesses; não, é porque o judeu está lá, por trás dos governos, semeando a discórdia. Se há luta de classes, não é porque a organização econômica deixa a desejar; é porque os encrenqueiros judeus, os agitadores de nariz adunco, seduziram os trabalhadores. Assim, o anti-semitismo é primordialmente um maniqueísmo: explica o curso do mundo mediante a luta do princípio do Bem contra o princípio do Mal. Entre esses dois, não há acordo possível: é preciso que um deles triunfe e que o outro seja aniquilado. Vejam Céline: sua visão do universo é catastrófica; o judeu está por toda a parte, o mundo está perdido, cabe ao ariano não comprometer-se, não transigir nunca. Mas que se cuide: se respira, já perdeu a pureza, pois até o ar que penetra em seus brônquios está maculado. Não parece o semão de um cátaro? Se Céline apoiou as teses socialistas do nazismo, foi porque lhe pagaram. No fundo, não acreditava naquilo: segundo ele, só há solução no suicídio coletivo, na não-procriação, na morte. Outros — Maurras ou o PPF\* — são menos desanimadores; prevêem uma longa luta, freqüentemente incerta, com o triunfo final do Bem: é Ormuzd contra Ahiman. O leitor já compreendeu que o anti-semita não recorre ao maniqueísmo como a um princípio secundário de explicação — é a opção original pelo maniqueísmo que explica e condiciona o anti-semitismo. Portanto, temos de nos perguntar o que poderia significar, para um homem de hoje, essa opção original.

\* Partido Popular Francês, organização de cunho fascista que surgiu em 1936 e acabou por colaborar muito ativamente com os invasores alemães. (N.T.)

Só por um instante, vamos comparar a ideia revolucionária da luta de classes ao maniqueísmo anti-semita. Para o marxista, a luta de classes não é de modo algum o combate do Bem contra o Mal: trata-se de um conflito de interesses entre grupos humanos. O revolucionário adota o ponto de vista do proletariado porque, em primeiro lugar, essa classe é a *sua*; em segundo lugar, porque é oprimida, é de longe a mais numerosa e, em consequência disso, seu destino tende a confundir-se com o da humanidade; enfim, porque as consequências da vitória do proletariado vão necessariamente incluir a supressão das classes. O objetivo do revolucionário é mudar a organização da sociedade. Não há nenhuma dúvida de que para tal é preciso destruir o antigo regime, mas só isso não basta: antes de mais nada, convém construir uma nova ordem. Se por acaso a classe privilegiada quisesse ajudar a construir a sociedade socialista e desse provas evidentes de boa-fé, não haveria nenhuma razão válida para repeli-la. E, se continua a ser altamente improvável que ela de bom grado ofereça ajuda aos socialistas, é porque sua própria situação de classe privilegiada a impede, e não porque algum demônio interior a force a fazer o mal a despeito de si mesma. Seja como for, parcelas dessa classe podem desligar-se dela e agregar-se à classe oprimida, e nesse caso serão julgadas por seus atos e não por sua essência. "Não dou a mínima para essa tal de essência universal", foi o que Politzer\* me disse certa vez.

Para o maniqueísta anti-semita, ao contrário, a ênfase está na destruição. Não se trata de um conflito de interesses, mas dos danos que um poder maligno causa à sociedade. Portanto, o Bem consiste antes de mais nada em destruir o Mal. Sob o aze-dume do anti-semita, oculta-se essa crença otimista de que, tão logo o Mal seja rechaçado, a harmonia irá restabelecer-se por si mesma. Assim, a tarefa do anti-semita é exclusivamente negativa: não se trata de construir uma sociedade, mas apenas de puri-

\* Nascido numa família judaica da Hungria, Georges Politzer era um dos nomes mais destacados do pensamento marxista francês nos anos 30. Foi fuzilado pelos alemães em 1942. (N.T.)

ficar a já existente. Para alcançar esse objetivo, a ajuda dos judeus de boa vontade seria inútil e até nefasta; aliás, um judeu não conseguiria ter boa vontade. Paladino do Bem, o anti-semi-ta é sagrado; o judeu também é sagrado, a sua maneira: sagrado como os intocáveis, como os nativos marcados por um tabu. Dessa forma, a luta se trava no plano religioso, e o final do combate só pode ser uma destruição sagrada. São múltiplas as vantagens dessa posição: antes de mais nada, ela estimula a preguiça mental. Vimos que o anti-semi-ta não entende nada da vida moderna e seria incapaz de elaborar um plano construtivo; sua ação não pode situar-se no nível da técnica e permanece no terreno da paixão. Ele prefere uma explosão de raiva como o amoque dos malaios a um empreendimento que demande tempo e fôlego. Sua atividade intelectual refugia-se na *interpretação*: busca nos acontecimentos históricos o sinal da presença de um poder maligno. Daí advêm essas invenções pueris e complicadas que o fazem aparentar-se aos grandes paranóicos. Mas, além disso, o anti-semitismo canaliza os impulsos revolucionários para a destruição de certas pessoas, e não de instituições; uma turba anti-semi-ta já se dará por satisfeita quando tiver massacrado alguns judeus e queimado algumas sinagogas. Assim, ele representa uma válvula de segurança para as classes proprietárias, que o encorajam e desse modo substituem um ódio perigoso contra certo regime por um ódio benigno contra certos particulares. Sobretudo, esse dualismo ingênuo é extremamente reconfortante para o próprio anti-semi-ta: trata-se apenas de suprimir o Mal, pois o Bem já está *dados*. Não há nenhuma necessidade de procurá-lo angustiosamente, de inventá-lo, de questioná-lo pacientemente quando o encontramos, de comprová-lo pela ação, de verificar suas conseqüências e de assumir enfim as responsabilidades da escolha moral que fizemos. Não é por acaso que as grandes fúrias anti-semi-tas encobrem um otimismo: o anti-semi-ta decidiu-se a respeito do Mal para não precisar decidir-se a respeito do Bem. Quanto mais absorvido no combate ao Mal, menos fico tentado a questionar o Bem. Este é coisa de que não se fala, pois está sempre subentendido no discurso do anti-semi-ta e

continua subentendido em seu pensamento. Quando ele tiver cumprido sua missão de destruidor sagrado, o Paraíso Perdido vai reconstituir-se sozinho. Por ora, o anti-semi-ta tem tanto trabalho que não lhe sobra tempo para ficar refletindo: está sempre combatendo na linha de frente, e cada uma de suas indignações é um pretexto que o demove de buscar angustiosamente o Bem.

Mas não é só, e chegamos agora ao domínio da psicanálise. O maniqueísmo encobre uma profunda atração pelo Mal. Para o anti-semi-ta, o Mal é sua sina, seu quinhão de Jó. Mais tarde, outros virão para ocupar-se do Bem, se este se realizar. Já o anti-semi-ta é o posto avançado da Sociedade e precisa dar as costas às virtudes puras que defende: só cuida do Mal, e seu dever é expô-lo, denunciá-lo, avaliar sua extensão. Assim, ei-lo preocupado apenas em juntar histórias que revelem a lubricidade do judeu, sua fome de lucro, seus ardis e suas traições. O anti-semi-ta lava as mãos na sujeira. Releiam *A França judaica* de Drumont: esse livro de "alta moralidade francesa" é uma coletânea de histórias vis ou obscenas. Nada reflete melhor a natureza complexa do anti-semi-ta: como ele não quis de modo algum *escolher* o seu Bem e, por medo de ser diferente, deixou que lhe impusessem o de todo mundo, sua moral nunca se baseia na intuição dos valores ou no que Platão denominava Amor; ela se manifesta apenas pelos tabus mais severos, pelos imperativos mais rigorosos e mais gratuitos. Aquilo que o anti-semi-ta contempla sem descanço, aquilo de que ele tem a intuição e de certa forma o gosto, é o Mal. Pode assim repassar obsessivamente a narração dos atos obscenos ou criminosos que o perturbam e que satisfazem suas perversas inclinações; mas ao mesmo tempo, como as atribui a esses judeus infames que tanto despreza, ele se sacia sem comprometer-se. Em Berlim, conheci um protetante em quem o desejo assumia a forma de indignação. A visão de mulheres em maiô o deixava fúrioso; ia atrás dessa fúria e ficava o tempo todo nas piscinas. O anti-semi-ta é assim. Por isso, um dos componentes de seu ódio é uma atração profunda e sexual pelos judeus. É antes de mais nada uma curiosidade fascinada pelo Mal, e acho que ela tem a ver principalmente com o sadismo. De fato, não entenderemos de modo algum o anti-semitismo se esquecer-



mos que o judeu, objeto de tanta execração, é perfeitamente inofensivo. É por isso que o anti-semita cuida de nos falar de associações secretas judaicas, irmandades terríveis e clandestinas. Mas, quando encontra um judeu cara a cara, trata-se no mais das vezes de um ser fraco que, mal preparado para a violência, não chega nem a defender-se. Essa fragilidade individual do judeu, que o condena de pés e mãos atados aos *logroms*, o anti-semita não a desconhece e até se delicia com ela por antecipação. Assim, seu ódio ao judeu não poderia comparar-se ao que os italianos de 1830 tinham aos austríacos ou os franceses de 1942 aos alemães. Nesses dois casos, tratava-se de opressores, homens duros, cruéis e fortes que possuíam as armas, o dinheiro e a autoridade e podiam fazer muito mais mal aos rebeldes do que estes teriam sequer sonhado fazer a eles. Em tais ódios, não ocorrem as inclinações sádicas. Mas, visto que para o anti-semita o Mal encarna-se nesses homens desarmados e tão pouco temíveis, ele jamais se vê na penosa necessidade de ser heróico: é *divertido* ser anti-semita. Pode-se espancar e torturar sem medo os judeus: quando muito, vão apelar para as leis da República, e as leis são brandas. A atração sádica do anti-semita pelo judeu é tão forte que não é raro ver um desses inimigos jurados de Israel cercar-se de amigos judeus. É claro que os chamam de "judeus de exceção" e afirmam: "Esses aí não são como os outros". No ateliê do pintor de que falei antes e que não condenava de modo algum os assassinos de Lublin\*, havia em lugar de destaque o retrato de um judeu que lhe era querido e que a Gestapo fuzilara. Mas os protestos de amizade dos anti-semitas não são sinceros, pois eles não falam em poupar nem os "bons judeus" e, embora reconhecendo algumas virtudes naqueles seus conhecidos, não admitem que seus interlocutores possam ter encontrado outros também virtuosos. Na realidade, delectam-se protegendo esses poucos judeus, por uma espécie de inversão de seu sadismo; delectam-se conservando diante de si a imagem

\* O autor refere-se aqui às atrocidades cometidas pelos nazistas no campo de extermínio de Maidanek, nas cercanias da cidade polonesa de Lublin. (N.T.)

viva desse povo que abominam. Com bastante frequência, os anti-semitas sentem uma mistura de repulsa e atração sexual pelos judeus. Conheci uma que mantinha relações íntimas com um judeu polonês. Às vezes se deitava com ele e o deixava acariciar seus seios e seus ombros, mas nada além disso. Ela se deliciava vendo-o respeitoso e submisso, imaginando seu violento desejo reprimido e humilhado. Com outros homens, tinha uma relação sexual normal. Há na expressão "uma bela judia" um significado sexual bastante particular e muito diferente do que existe, por exemplo, em "bela romena", "bela grega" ou "bela americana". É como se nela houvesse um cheiro de estupro e de massacre. A bela judia é a que os cossacos do czar arrastam pelos cabelos nas ruas de seu vilarejo em chamuscas; e as obras pornográficas que se dedicam a histórias de flagelação dão destaque às israelitas. Mas nem é preciso ficar revirando a literatura clandestina. Desde a *Rebeca* de *Leunboé* até a judia de *Gilles*\*, passando pelas de Ponson du Terrail, elas têm nos romances mais sérios uma função bem definida: são freqüentemente violadas ou moídas de pancada; às vezes preferem a morte à desonra, mas é por pouco; e as que conservam a virtude são servas dóceis ou enamoradas humilhadas de cristãos indiferentes que acabam casando com arianas. Acho que não é preciso mais nada para mostrar o valor de símbolo sexual que a judia tem no folclore.

Destruidor por ofício, sádico de coração puro, o anti-semita é, no fundo do coração, um criminoso. O que ele deseja, o que ele prepara, é a *morte* do judeu.

É certo que nem todos os inimigos do judeu exigem explicitamente sua morte, mas as medidas que propõem, e que visam todas a rebaixá-lo, a humilhá-lo, a bani-lo, são sucedâneos desse assassinato que estão a tramar — são homicídios simbólicos. Só que o anti-semita tem a consciência tranquila: é criminoso por uma boa causa. Afinal de contas, não é culpa dele se lhe coube a missão de subjugar o Mal pelo Mal; a França *real* lhe delegou

\* Romance de Drieu La Rochelle publicado em 1939. (N.T.)

seus poderes de elevada justiça. Sem dúvida, não tem ocasião de usá-los todos os dias, mas não nos enganemos: os súbitos ataques de raiva de que é tomado, as invectivas tonitruantes que lança contra os *youtres* são o mesmo que execuções; a consciência popular percebeu isso e inventou a expressão *manger du Juif*\*. Assim, o anti-semite escolheu ser criminoso, e criminoso de mãos limpas; mais uma vez, foge às responsabilidades; reprimiu seus instintos homicidas, mas encontrou um meio de saciá-los sem admiti-los. Sabe que é perverso, mas, como faz o Mal para o Bem e como todo um povo espera dele a libertação, considerou-se um perverso sagrado. Por uma espécie de inversão de todos os valores, da qual se encontram exemplos em certas religiões (na Índia, por exemplo, existe uma prostituição sagrada), é na raiva, no ódio, na pilhagem, no homicídio, em todas as formas de violência que, segundo ele, estão a estima, o respeito, o entusiasmo; e, no mesmo instante em que se embriaga com a maldade, sente dentro de si a leveza e a paz que a consciência tranqüila e a satisfação do dever cumprido proporcionam.

O retrato está acabado. Se muitas pessoas que afirmam detestar os judeus não se reconhecem nele, é porque na realidade não detestam os judeus. Também não gostam deles. Elas não lhes fariam nenhum mal, mas não ergueriam um dedo sequer para impedir que sofressem alguma violência. Não são anti-semite, não são nada, não são *ninguém*; e, como apesar de tudo é preciso aparentar ser alguma coisa, vão repetindo, sem pensar com maldade, sem pensar de modo algum, algumas formulas que aprenderam e que lhes dão direito de acesso a certos círculos. Dessa forma, descobrem as delícias de ser apenas um ruído vazio, de ter a cabeça preenchida com uma afirmação tremenda, que lhes parece tanto mais respeitável porque tomada de empréstimo. No caso, o anti-semitismo não passa de uma justificação; aliás, a futilidade dessas pessoas é tal que abandonam facilmente essa

\* *Youtre, youpin, youde*, etc. são designações pejorativas do judeu. *Manger du Juif* significa odiar tanto o judeu que se poderia comê-lo vivo. (N.T.)

justificação por outra qualquer, desde que "distinta". Pois o anti-semitismo é *distinto*, como todas as manifestações de uma alma coletiva irracional que tende a criar uma França oculta e conservadora. Todas essas cabeças levianas acham que, ao ficarem repetindo até cansar que o judeu é prejudicial ao país, estão cumprindo um desses ritos de iniciação que as fazem participar dos focos sociais de energia e de calor; nesse sentido, o anti-semitismo conserva alguma coisa dos sacrifícios humanos. Além disso, traz uma grande vantagem para essas pessoas que conhecem sua própria inconsistência profunda e se aborrecem: permite-lhes assumir a aparência da paixão e, como é de regra desde o Romantismo, confundi-la com personalidade; esses anti-semite de segunda mão podem assim ostentar uma personalidade agressiva, sem para isso terem precisado fazer muito esforço. Um amigo meu vivia mencionando um primo idoso que vinha jantar com sua família e de quem se dizia afetando um certo ar: "O Jules não suporta os ingleses". Meu amigo não se lembrava de já terem dito outra coisa sobre o primo Jules. Mas já era suficiente; havia um acordo tácito entre Jules e a família: eles ostensivamente evitavam falar dos ingleses na frente do primo, e essa precaução lhe dava um arremedo de existência aos olhos dos parentes, ao mesmo tempo que lhes proporcionava a agradável sensação de participarem de uma cerimônia sagrada. E em certos momentos escolhidos, alguém, depois de cuidadosa deliberação, fazia como se por descuido uma alusão à Grã-Bretanha ou a seus domínios, quando então o primo Jules fingia enfiar-se e, por um momento, sentia que ainda existia; todo mundo ficava contente. Muitos são anti-semite como o primo Jules era anglófobo e, é claro, não percebem de modo algum o que essa atitude realmente implica. Sendo puros reflexos, caíços agitando-se ao sabor do vento, eles por certo não teriam inventado o anti-semitismo se o anti-semite consciente não existisse. Mas são eles que, com toda a indiferença, garantem a permanência do anti-semitismo e o revezamento das gerações.

Agora estamos em condições de entender o anti-semite. É um homem que tem medo. Certamente não dos judeus; mas de

si mesmo, de sua consciência, de sua liberdade, de seus instintos, de suas responsabilidades, da solidão, da mudança, da sociedade e do mundo — de tudo exceto os judeus. E um covarde que não quer confessar sua covardia; um assassino que reprime e oculta suas tendências homicidas sem conseguir re-freá-las e que, no entanto, só se atreve a matar em efigie ou no anonimato da turba; um descontente que não ousa revoltar-se por medo das consequências da revolta. Aderindo ao anti-semitismo, não adota apenas uma opinião, mas escolhe também a pessoa que quer ser. Escolhe a constância e a impenetrabilidade da pedra, a irresponsabilidade total do guerreiro que obedece a seus chefes — e ele não tem chefe. Escolhe não adquirir nada, não merecer nada, que tudo lhe seja dado de nascença — e ele não é nobre. Finalmente, escolhe que o Bem já esteja pronto, fora de questão, ao abrigo de qualquer perigo; não se atreve a encará-lo por medo de ser levado a contestá-lo e a procurar outro. Nisso, o judeu não é mais do que um pretexto: em outro lugar, o negro, o amarelo servirão. A existência do judeu simplesmente permite ao anti-semita sufocar suas angústias no nascedouro, persuadindo-se de que seu lugar no mundo já estava determinado e o esperava e de que, pela tradição, ele tem direito de ocupá-lo. O anti-semitismo é, em resumo, o medo em face da condição humana. O anti-semita é o homem que quer ser rocha implacável, torrente furiosa, raio destruidor — tudo menos homem.

## 2

Os judeus, no entanto, têm um amigo: o democrata. Mas trata-se de um defensor piífo. Sem dúvida, ele proclama que todos os homens têm os mesmos direitos; sem dúvida, fundou a Liga dos Direitos do Homem\*. Mas suas próprias declarações mostram a fragilidade de sua posição. No século XVIII, ele escolheu de uma vez por todas o espírito analítico. Não tem olhos para as sínteses concretas que a história lhe apresenta. Não conhece o judeu, o árabe, o negro, o burguês, o operário — conhece apenas o homem, idêntico a si mesmo em todos os tempos e em todos os lugares. Converte em elementos individuais todas as coletividades. Para ele, um corpo físico é uma soma de moléculas, e um corpo social, uma soma de indivíduos. E por indivíduo ele entende uma encarnação particular dos traços universais que formam a natureza humana. Assim, o anti-semita e o democrata prosseguem incansavelmente em seu diálogo sem nunca se entenderem nem perceberem que não estão falando das mesmas

\* Associação fundada na França em 1898 para defender contra a arbitrariedade e a injustiça evidenciadas no caso Dreyfus os direitos fundamentais do homem. (N.T.)

coisas. Se o anti-semite condena a avareza do judeu, o democrata responde que conhece judeus que não são avarentos e cristãos que o são. Mas disso o anti-semite não está nem um pouco convencido: o que ele quis dizer era que existe uma avareza "judaiosa", ou seja, influenciada por essa totalidade sintética que é a *pe-soa* judaica. E vai reconhecer sem nenhum problema que certos cristãos podem ser avarentos, pois para ele a avareza cristã e a avareza judaica não são da mesma natureza. Para o democrata, ao contrário, a avareza tem uma natureza universal e invariável que pode adicionar-se aos traços constitutivos de um indivíduo e permanece idêntica em todas as circunstâncias; não há dois modos de ser avarento — ou se é, ou não se é. Portanto, o democrata, como o cientista, não atenta para o singular: para ele, o indivíduo é apenas uma soma de traços universais. Segue-se daí que sua defesa salva o judeu enquanto homem e o aniquila enquanto judeu. Diferentemente do anti-semite, o democrata não tem medo de si mesmo — o que ele teme são as grandes formas coletivas em que corre o risco de dissolver-se. Assim, escolheu o espírito analítico porque o espírito analítico não vê essas realidades sintéticas. Com esse ponto de vista, ele receia que desperte no judeu uma "consciência judaica", isto é, uma consciência da coletividade israelita, assim como teme que desperte no operário a "consciência de classe". Sua defesa consiste em persuadir os indivíduos de que eles existem em estado isolado. "Não existe judeu", diz o democrata. "Não existe questão judaica." Isso significa que ele deseja separar o judeu de sua religião, de sua família, de sua comunidade étnica, para colocá-lo no cadinho democrático, de onde sairá só e nu, partícula individual e solitária, semelhante a todas as outras partículas. É o que, nos Estados Unidos, chamavam de política de assimilação. As leis de imigração marcaram a falência dessa política e, em suma, a do ponto de vista democrático\*. Como poderia ser de

\* A partir de 1924, os Estados Unidos adotaram uma legislação que limitava severamente a entrada de novos imigrantes no país; os judeus da Europa oriental foram um dos grupos mais afetados por essas medidas. (N.T.)

outra forma? Para um judeu consciente e orgulhoso de ser judeu, que assume sua vinculação à comunidade judaica, sem por isso menosprezar os laços que o unem a uma coletividade nacional, não há tanta diferença entre o anti-semite e o democrata. Aquele quer destruí-lo enquanto homem para que reste apenas o judeu, o pária, o intocável; este quer destruí-lo enquanto judeu para que se conserve apenas o homem, o sujeito abstrato e universal dos direitos do homem e do cidadão. Pode-se detectar no mais liberal dos democratas uma nuance anti-semite: ele é hostil ao judeu na medida em que o judeu se atreve a pensar como judeu. Essa hostilidade exprime-se por uma espécie de ironia indulgente e jocosa, como quando se diz de um amigo cuja origem israelita é facilmente reconhecível: "Mas mesmo assim ele é judeu *demais*". Ou quando se declara: "A única coisa de que não gosto nos judeus é o instinto gregário: se você deixa entrar um, ele traz mais dez". Durante a ocupação alemã, o democrata ficou profunda e sinceramente indignado com as perseguições anti-semitas, mas de vez em quando suspirava: "Os judeus vão voltar do exílio com uma insolência e uma sede de vingança tão grandes que eu já temo o recrudescimento do anti-semitismo". O que ele realmente temia era que, as perseguições contribuíssem para dar ao judeu uma consciência mais precisa de si mesmo.

O anti-semite condena o judeu por *ser* judeu; o democrata facilmente o condena por *considerar-se* judeu. Entre seu adversário e seu defensor, o judeu parece estar em situação difícil: aparentemente, só lhe resta escolher o molho com que o comerá. Por isso, convém perguntarmos: o judeu existe? E, se existe, ele é o quê? Primeiramente judeu ou primeiramente homem? A solução do problema está no extermínio de todos os israelitas ou na assimilação total deles? Ou podemos entrever outra maneira de colocar o problema e outra maneira de resolvê-lo?

## 3

Estamos de acordo com o anti-semita num ponto: não acreditamos na "natureza humana", não nos dispomos a encarar uma sociedade como uma soma de moléculas isoladas ou isoláveis; acreditamos que é preciso considerar com espírito sintético os fenômenos biológicos, físicos e sociais. Mas nos afastamos do anti-semita no que se refere à maneira de aplicar esse espírito sintético. Não conhecemos nenhum "princípio" judaico e não somos maniqueístas, não admitimos que o "verdadeiro" francês se beneficie tão facilmente assim da experiência ou das tradições herdadas de seus ancestrais, continuamos muito céticos a respeito da hereditariedade psicológica e só aceitamos empregar conceitos étnicos naqueles campos em que já receberam comprovação experimental — a saber, os da biologia e da patologia; para nós, o homem define-se antes de mais nada como um "ser em situação". Isso significa que ele forma um todo sintético com sua situação biológica, econômica, política, cultural, etc. Não se pode dissociá-lo dessa situação porque ela forma e determina as possibilidades do homem, mas, inversamente, é o homem que dá sentido a sua situação escolhendo-se nela e por meio dela. Para nós, estar em situação significa *escolher-se*

em situação; os homens diferem entre si tal como suas situações, e também segundo a escolha que fazem de sua própria pessoa. O que há em comum entre eles todos não é uma natureza, mas uma condição, ou seja, um conjunto de limites e colições: a necessidade de morrer, de trabalhar para viver, de existir num mundo já habitado por outros homens. E, no fundo, essa condição é a situação humana fundamental ou, se preferirmos, o conjunto dos caracteres abstratos comuns a todas as situações. Portanto, concordo com o democrata em que o judeu é um homem como os outros, mas isso não me diz nada em especial, a não ser que ele é livre e ao mesmo tempo escravo, que nasce, usufrui, sofre e morre, que ama e que odeia, tal como todos os homens. Não consigo concluir mais nada desses dados genéricos demais. Se pretendo saber *o que é o judeu*, devo primeiro investigar sua situação, visto que ele é um ser em situação. Já previno que vou limitar minha descrição aos judeus da França; pois o *nosso* problema é o problema do judeu francês.

Não negarei que existe uma raça judaica. Mas primeiro é preciso que nos entendamos. Caso se entenda por raça esse complexo indefinível em que enfiam de roldão caracteres somáticos e traços intelectuais e morais, então acredito nela tanto quanto nas mesas girantes. Aquilo que denominarei, na falta de termo melhor, caracteres étnicos são certas conformações físicas herdadas que se encontram mais freqüentemente nos judeus do que nos não-judeus. Ainda assim, convém sermos prudentes: devíamos falar de *raças* judaicas. Sabemos que nem todos os semitas são judeus, o que já complica o problema; sabemos também que certos judeus louros da Rússia têm mais semelhanças com um ariano da Prússia oriental do que com um judeu encarapinhado da Argélia. Na verdade, cada país tem seus judeus, e a representação que podemos fazer do israelita quase não corresponde à que fazem nossos vizinhos. Quando eu morava em Berlim, no começo do regime nazista, tinha dois amigos franceses, um judeu e o outro não. O judeu apresentava um "tipo semita acentuado": nariz adunco, orelhas de abano, lábios grossos. Um francês o reconheceria como judeu sem hesitar. Mas, como ele

era louro, seco e fleumático, os alemães não o estranhavam; às vezes, divertia-se saindo com os SS, que nem desconfiavam de sua raça; certa ocasião um deles lhe disse: "Sou capaz de reconhecer um judeu a cem metros". Já o meu outro amigo, corso e católico, filho e neto de católicos, era baixo e gordo e tinha cabelo preto e um pouco encaracolado, nariz como o dos Bourbon, tez pálida. Na rua, os moleques jogavam pedras nele, chamando-o de *Judeu* (judeu): ele se parecia com o tipo de judeu oriental que é mais popular na representação alemã. Seja como for, e mesmo admitindo que todos os judeus têm certos traços físicos em comum, só pela mais vaga analogia seria possível concluir que deviam ter também os mesmos traços de caráter. Ou melhor: os sinais físicos que podem ser observados no semita são espaciais e, portanto, justapostos e separáveis. Posso, sem dificuldade, identificar um desses sinais num ariano. Devo concluir daí que esse ariano possui também esta ou aquela qualidade psíquica comumente atribuída aos judeus? É evidente que não. Mas então toda a teoria racial desmorona: ela presume que o judeu seja uma totalidade indecomponível, mas eis que temos um mosaico no qual cada elemento é um seixo que pode ser retirado e colocado em outro conjunto; não podemos nem concluir do físico para o moral, nem postular um paralelismo psicofisiológico. Se disserem que é preciso considerar o *conjunto* dos caracteres somáticos, e responderei isto: ou esse conjunto é a *soma* dos traços étnicos, e essa soma não pode de modo algum representar o equivalente espacial de uma *síntese* psíquica, não mais do que uma associação de células cerebrais pode corresponder a um pensamento; ou, quando se fala do aspecto físico do judeu, está-se entendendo por isso uma totalidade sincrética que se apresenta à intuição. Nesse caso, pode de fato haver aí uma *Gestalt* no sentido que Köhler dá à palavra, e é justamente a isso que os anti-semitas fazem alusão quando afirmam "farejar o judeu", "sentir o judeu", etc. Só que é impossível perceber os elementos somáticos sem considerar também as significações psíquicas que se misturam a eles. Vejam este judeu que está sentado a sua porta, na Rue des Rosiers. Eu de imediato o identifico como judeu: tem barba preta

e encaracolada, nariz ligeiramente adunco, orelhas de abano, óculos de armação metálica, chapéu-coco enfiado até os olhos, casaco preto, gestos rápidos e nervosos, um sorriso que guarda uma bondade estranha e sofrida. Como distinguir o físico do moral? A barba é preta e encaracolada: trata-se de uma característica somática. No entanto, o que mais marca é que a deixe crescer; com a barba, expressa seu apego às tradições da comunidade judaica, identifica-se como originário da Polónia, membro de uma primeira geração de imigrantes; será que seu filho é menos judeu por não usar barba? Outros traços, como a forma do nariz e das orelhas, são puramente anatômicos, e outros são puramente psíquicos e sociais, como a escolha da roupa e dos óculos, as expressões e os gestos. Portanto, o que me indica que ele é israelita não esse conjunto indecomponível em que o psíquico e o físico, o social, o religioso e o individual se interpenetram? O que não essa síntese viva que, evidentemente, não poderia ser transmitida pela hereditariedade e que, no fundo, é idêntica a toda a *pessoa* dele? Assim, vemos os caracteres somáticos e hereditários do judeu como um entre outros fatores de sua situação, e não como condição determinante de sua natureza.

Na falta de determinarmos o judeu por sua raça, será que podemos defini-lo por sua religião ou por uma comunidade nacional estritamente israelita? Aí a questão se complica. Seguramente, houve em época remota uma comunidade religiosa e nacional que se chamava Israel. Mas a história dessa comunidade é a de uma dissolução de vinte e cinco séculos. Ela logo perdeu a soberania: primeiro o cativo babilônico, depois a dominação persa, por fim a conquista romana. Não há por que ver nisso o efeito de uma maldição, a menos que se acredite em maldições geográficas: a localização da Palestina, encruzilhada de todas as rotas comerciais da Antiguidade, espremeida entre poderosos impérios, já basta para explicar esse paulatino desapossamento. O laço religioso entre os judeus da diáspora e os que ficaram em sua terra foi reforçado, assumindo o significado e o valor de elo nacional. Mas, como se pode imaginar, essa "transferência" implicou uma espiritualização dos laços coletivos, e espiritualização significa, apesar

de tudo, enfraquecimento. Pouco depois, aliás, a divisão chegou com o cristianismo: o aparecimento dessa nova religião, provocou uma grande crise no mundo israelita, lançando os judeus emigrados contra os da Judéia. Ante a "forma forte" em que o cristianismo imediatamente se transforma, a religião hebraica aparece de imediato como forma fraca, em via de desagregar-se; ela só se mantém graças a uma complexa política de concessões e de obstatinação. Resiste às perseguições e à grande dispersão dos judeus no mundo medieval; resiste muito menos aos progressos das luzes e do espírito crítico. Os judeus que nos cercam fêm com sua religião um vínculo apenas de cerimônia e polidez. Perguntei a um deles por que tinha mandado circuncidar o filho. Ele respondeu: "Para agradar a minha mãe, e também porque era mais higiênico". "E por que sua mãe ainda faz questão?" "Por causa dos conhecidos e dos vizinhos." Sei que essas explicações demasiadamente racionais escondem uma necessidade profunda e silenciosa de ligar-se às tradições e de, na falta de um passado nacional, enraizar-se num passado de ritos e costumes. Mas, precisamente, a religião é aí apenas um meio simbólico. Ela não conseguiu, pelo menos na Europa ocidental, resistir aos ataques do racionalismo e do espírito cristão; os judeus ateus que interroguéi reconhecem que seu diálogo sobre a existência de Deus se dá com a religião cristã. A religião que atacam e da qual querem livrar-se é o cristianismo; seu ateísmo não se diferencia em nada daquele de um Roger Martin du Gard, que afirma *desembarçar-se* da fé católica. Nem por um instante são ateus *contra o Talmud*; e para todos eles o clérigo é o padre, não o rabino.

Portanto, os dados do problema aparecem assim: uma comunidade histórica concreta é, antes de mais nada, nacional e religiosa; ora, a comunidade judaica que foi uma e outra coisa perdeu pouco a pouco essas características concretas. Poderíamos muito bem chamá-la de comunidade histórica abstrata. Sua dispersão implica o desagregamento das tradições comuns; e já assim nalamos que esses vinte séculos de dispersão e de impotência política a impediram de ter um *passado histórico*. Se é verdade, como diz Hegel, que uma coletividade é histórica na medida em

que guarda a memória de sua história, então a coletividade judaica é a menos histórica de todas as sociedades, pois só tem memória de um longo martírio, ou seja, de uma longa passividade.

Então o que ainda dá à comunidade judaica uma aparência de unidade? Para responder a isso, é preciso retomar a idéia de *situação*. Não é nem o passado, nem a religião, nem a terra que une os filhos de Israel. Se têm um vínculo comum, se merecem todos o nome de judeu, é porque compartilham uma situação de judeu, ou seja, é porque vivem numa comunidade que os considera judeus. Em suma, o judeu é perfeitamente assimilável pelas nações modernas, mas define-se como aquele que as nações não querem assimilar. O que originalmente pesa contra ele é ter sido o assassino de Cristo\*. Será que já paramos para pensar na insupportável situação desses homens condenados a viver numa sociedade que venera o Deus que eles mataram? Assim, o judeu é originariamente um assassino ou filho de assassino (o que dá no mesmo para uma comunidade que concebe a responsabilidade de forma pré-lógica) e, portanto, está sob tabu. Evidentemente, não é isso o que explica o anti-semitismo moderno; mas, se o anti-semita escolheu o judeu como objeto de seu ódio, foi por causa do horror religioso que ele sempre inspirou. Esse horror teve um curioso efeito econômico: se a Igreja medieval tolerou os judeus quando podia tê-los assimilado à força ou massacrado, foi porque eles desempenhavam uma função econômica de primeira necessidade: sendo malditos, exerciam um ofício maldito, mas indispensável; não podendo ter terras nem ser guerreiros, praticavam o comércio do dinheiro, que um cristão não podia tocar sem macular-se. Desse modo, à maldição original logo se acresceu uma maldição econômica, e foi principalmente esta a que perdurou. Hoje se condenam os judeus por exercerem ofícios improdutivos, esquecendo que sua aparente

\* Observemos logo que se trata aí de uma lenda criada pela propaganda cristã da diáspora. É bem evidente que a cruz é um suplício romano e que Cristo foi executado pelos romanos como agitador político. (N.A.)

autonomia na nação resulta do fato de terem originariamente ficado restritos a certos ofícios depois que todos os outros lhes haviam sido proibidos. Por isso, não é exagero dizer que os cristãos *criaram* o judeu ao terem provocado o fim brusco da assimilação e lhe imposto uma função na qual acabou sobressaindo. Mais uma vez, trata-se apenas de uma reminiscência: hoje a diferenciação de funções econômicas é tão grande que não se pode fixar para o judeu um ofício definido; no máximo, pode-se dizer que a longa exclusão de certos ofícios fez que os evitasse quando pôde exercê-los. Mas as sociedades modernas apoderaram-se dessa reminiscência, transformando-a no pretexto e na base de seu anti-semitismo. Portanto, se quisermos saber o que é o judeu contemporâneo, deveremos indagar à consciência cristã — perguntar não o que é um judeu, e sim o que ela *fez* do judeu.

O judeu é um homem que os outros homens consideram judeu: eis a verdade simples da qual precisamos partir. Nesse sentido, o democrata tem razão contra o anti-semita: é o anti-semita quem *faz* o judeu. Mas seria errôneo reduzir a manifestações intermitentes de alguns passionais a desconfiança, a curiosidade, a hostilidade dissimulada que os israelitas encontram a seu redor. Para começar, já vimos que o anti-semitismo é a expressão de uma sociedade primitiva, cega e difusa que subsiste em estado latente na coletividade legal. Por isso, não devemos pensar que para suprimi-lo bastam um impulso generoso, algumas palavras bem-intencionadas e uma penada — seria como achar que se suprimiu a guerra só porque seus efeitos foram denunciados num livro. Sem dúvida nenhuma, o judeu dá justo valor à simpatia que lhe manifestam, mas esta não é suficiente para que ele deixe de ver o anti-semitismo como uma estrutura permanente da comunidade em que vive. Além disso, sabe que os democratas e todos que o defendem tendem a transigir com o anti-semitismo. Afinal, estamos numa República, e todas as opiniões são permitidas. Por outro lado, o mito da União Sagrada\*

\* Nome dado ao governo de união nacional que se estabeleceu na França durante a Primeira Guerra Mundial. (N.T.)

ainda exerce uma influência tão grande sobre os franceses que eles se prestam às maiores concessões para evitar conflitos internos, sobretudo nos períodos de crise internacional, aqueles em que, é claro, o anti-semitismo mostra-se mais virulento. Naturalmente, é o democrata, ingênuo, de boa vontade, quem faz todas as concessões — o anti-semita não faz nenhuma. Tem a vantagem da cólera: as pessoas dizem “Não o irrite de jeito nenhum” e falam baixo quando está por perto. Em 1940, por exemplo, muitos franceses cerraram fileiras em torno do governo Pétain, que não se abstinha de pregar a União com aquelas segundas intenções que já conhecemos. Em seguida, esse governo tomou medidas anti-semitas. Os pétainistas não protestaram. Ficaram constrangidos, mas o que fazer? Se podiam salvar a França ao preço de alguns sacrifícios, não era melhor fechar os olhos? Com certeza não eram anti-semitas, e até falavam com uma comiscção absolutamente cortês aos judeus que encontravam. Mas como querer que esses mesmos judeus não pensassem que seu destino estava sendo sacrificado pela ilusão de uma França unida e patriarcal? Hoje\*, aqueles que os alemães não deportaram ou assassinaram voltam a viver entre nós. Muitos estiveram entre os primeiros a integrar a Resistência; outros têm filhos ou primos no Exército Leclerc\*\*. A França inteira se rejubila e confraterniza nas ruas, e as lutas sociais parecem momentaneamente esquecidas; os jornais dedicam colunas inteiras aos prisioneiros de guerra e aos deportados. Mas falam dos judeus? Saudam o retorno dos que se salvaram da catástrofe? Dedicam um pensamento que seja aos que morreram nas câmaras de gás de Lublin? Nem uma palavra sequer. Nem uma única linha nos diários, pois não devemos irritar os anti-semitas. Mais do que nunca, a França precisa de união. Os jornalistas bem-intencionados nos dizem: “Para o próprio bem dos judeus, no momento é melhor não falar muito

\* Escrito em outubro de 1944. (N.A.)

\*\* Designação popular das forças francesas livres que libertaram Paris em 1944. O nome se devia a seu comandante, o general Leclerc. (N.T.)



deles". A sociedade francesa viveu sem eles durante quatro anos, e agora convém não insistir demais em seu reaparecimento. É possível acreditar que os judeus não percebem a situação? É possível acreditar que eles não entendem os motivos desse silêncio? Alguns até aprovam e dizem: "Quanto menos nos notarem, melhor". Será que um francês seguro de si, de sua religião, de sua raça conseguiria compreender o estado de espírito que leva alguém a falar assim? O que as pessoas não vêem é que, para chegar a essa sabedoria resignada, a essa política do retraimento, foi preciso ter sentido por anos e anos, em seu próprio país, a hostilidade, a malevolência sempre alerta, a indiferença sempre pronta a destemperar-se. Assim, os judeus retornam clandestinamente, e seu regozijo pela libertação não se incorpora ao do resto do país. Para mostrar o quanto sofreram com isso, basta este fato menor: na *Letres Françaises*, escrevi uma frase qualquer sobre os sofrimentos dos prisioneiros de guerra, dos deportados, dos detentos políticos e dos judeus, a título de enuneração completa. Alguns israelitas me agradeceram de modo tocante — e imaginem o abandono em que deviam sentir-se para agradecer a um autor só porque este escreveu num artigo a *palavra* judeu.

Assim, o judeu está na situação de judeu porque vive numa coletividade que o considera judeu. Tem inimigos apaixonados e defensores sem paixão. O democrata professa a moderação; condena ou adverte enquanto põem fogo às sinagogas. É tolerante por sua própria circunstância; chega a ter o esnobismo da tolerância, estendendo-a até aos inimigos da democracia — pois não foi moda, na esquerda radical, falar do gênio de Maurras? Por que não iria também ser compreensivo com o anti-senita? O democrata parece fascinado por todos aqueles que tramam sua ruína. Bem no fundo, talvez até suspire pela violência de que se abstem. Mas, principalmente, a disputa não é igual: para que o democrata se dispusesse a defender com algum ardor a causa do judeu, precisaria também ser maniqueísta e ver no judeu o Príncipe do Bem. Mas como uma coisa dessas seria possível? O democrata não é louco. Defende o judeu porque vê nele um membro

da humanidade; ora, a humanidade tem outros membros que também precisam ser defendidos, e por isso o democrata tem muito que fazer e só se ocupa do judeu quando dispõe de tempo; já o anti-senita tem um único inimigo e pode pensar nele o tempo todo; é o anti-senita quem dá o tom. Atacado com vigor e defendido com pouca energia, o judeu sente-se em perigo numa sociedade em que o anti-senitismo é uma tentação constante. É isso o que devemos examinar mais atentamente.

Na maior parte, os judeus franceses pertencem à pequena ou à grande burguesia. Exercem principalmente aqueles ofícios que chamarei de ofícios de opinião, no sentido de que neles o sucesso depende não da habilidade com que se trabalha a matéria, mas da opinião dos outros. Advogados ou chapeleiros, a clientela só os procura se quer. Decorre daí que esse tipo de ofício está cheio de cerimônias: é preciso ganhar e conservar a confiança das pessoas; a correção no vestir-se, o ostensivo rigor de conduta, a honradez têm relação com essas cerimônias, essas mil pequenas danças que devem ser executadas para atrair o cliente. Assim, o mais importante é a reputação: *crê-se* uma reputação, vive-se dela, e isso significa que no fundo se está na inteira dependência das outras pessoas, enquanto o camponês necessita primordialmente de sua terra e o operário da matéria e de suas ferramentas. Ora, o judeu encontra-se numa situação paradoxal; como todos os outros homens e pelos mesmos procedimentos, pode ganhar uma reputação de honestidade; mas esta é acrescentada de uma reputação anterior, que lhe foi dada para sempre e da qual não pode fazer nada para livrar-se: a de judeu. Numa mina ou numa fundição, um operário judeu esquecerá que é judeu. Um comerciante judeu não tem como esquecer. Se realizar mil atos desinteressados e honestos, talvez digam que é um judeu *bom*. Mas continuará judeu. Quando o chamam de honesto ou desonesto, pelo menos sabe do que se trata. Guarda na memória atos que lhe valeram esses nomes. Quando o chamam de judeu, a coisa muda completamente de figura: trata-se não de uma condição específica, mas de certa *atitude*, presente em todas as suas condutas. Sempre lhe disseram que um judeu pensa como judeu,

dorme, come e bebe como judeu, é honesto ou desonesto à maneira judaica. Ora, por mais que ele se examine, não consegue descobrir essa atitude em seu comportamento. Será que estamos mesmo conscientes de nosso estilo de vida? Na realidade, ficamos demasiado ocupados conosco para termos sobre nós próprios um ponto de vista assim objetivo. Mas essa palavrinha, *judeu*, surgiu um belo dia em sua vida e não foi mais embora. Algumas crianças esmurram já desde os seis anos os colegas de escola que as chamam de *youtirins*. Outras ficaram por muito tempo sem saber a própria raça. Uma moça israelita, de uma família que conheço, não soube até os quinze anos o sentido da palavra judeu. Durante a ocupação, um médico judeu de Fontainebleau, que vivia trancado em sua casa, criou os netos sem dizer-lhes nada sobre sua origem. Mas, não importa o que se faça, um dia acabam descobrindo a verdade — às vezes pelos sorrisos das pessoas que os cercam, outras vezes por um zunzum ou um insulto. Quanto mais tardia a descoberta, mais violento o abalo: de repente, percebem que os outros sabiam sobre eles uma coisa que desconheciam, que se aplicava a si próprios esse qualificativo equívoco e inquietante que não se usa em sua casa. Sentem-se separados, excluídos da sociedade das crianças normais que correm e brincam tranquilamente ao redor e que não têm *nome especial*. Ao voltarem para casa, olham o pai e pensam: "Então ele também é judeu?", e o respeito que sentem por ele fica comprometido. Como esperar que não carreguem por toda a vida as marcas dessa revelação? Já se descreveram centenas de vezes as perturbações que surgem numa criança quando de repente descobre que os pais têm relações sexuais. Como poderia deixar de ocorrer uma perturbação semelhante com o menino judeu que olha furtivamente para os pais e pensa: "São judeus?"

Mas em casa lhe dizem que deve orgulhar-se de ser judeu. Já não sabe mais em quem acreditar, está dividido entre a humilhação, a angústia e o orgulho. Sente que está *à parte*, mas não entende o que o deixa à parte; só está seguro de uma coisa: não importa o que faça, para as outras pessoas ele será sempre judeu. A asquerosa "estrela amarela" que o governo alemão impu-

nha aos judeus despertou justa indignação. O que parecia insuportável era que se *chamasse* a atenção para o judeu, que o obrigassem a sentir-se sempre judeu aos olhos dos outros. Por todos os meios, tentava-se demonstrar uma simpatia atenciosa aos infelizes que haviam sido marcados dessa forma. Algumas pessoas bem-intencionadas tiravam o chapéu para os judeus que encontravam, mas eles têm declarado que essas saudações lhes eram muito penosas. Debaixo daqueles olhares compassivos, sentiam que se transformavam em *objetos*. Objetos de comiseração, de piedade, do que se queira — mas objetos. Para aqueles liberais virtuosos, era a ocasião de ter um gesto generoso, de manifestar-se — era só uma ocasião, os liberais eram livres, totalmente livres para apertar a mão do judeu ou cuspir na cara dele; decidiam de acordo com sua moral, de acordo com a escolha que tinham feito de si mesmos. O judeu não tinha a liberdade de ser judeu. Por isso, os espíritos mais fortes preferiam suportar o ódio à caridade, já que o ódio é uma paixão e parece menos livre, ao passo que a caridade se dá do superior para com o inferior. Viá-mos isso tão claramente que acabávamos olhando para outro lado ao deparar com um judeu portador da estrela. Ficávamos constrangidos, pouco à vontade com nosso próprio olhar, que, se voltado para ele, o assinalaria como judeu, a despeito de nós e a despeito dele mesmo; o recurso supremo da simpatia e da amizade era dar a impressão de ignorá-lo — pois, não importava o esforço que fizéssemos para chegar à *pessoa*, era o *judeu* quem iríamos necessariamente encontrar. Como foi possível não perceber que o decreto nazista apenas levava ao extremo uma situação com a qual já havíamos nos acostumado muito antes? Está bem, antes do armistício de 1940 o judeu não usava a estrela. Mas seu nome, seu rosto, seus gestos e mil outros traços o identificavam como judeu; quando passeava pelas ruas ou entrava numa café, numa loja, numa sala de visitas, sabia que estava *marcado* como judeu. Se alguém se aproximava com ar excessivamente expansivo e jovial, sabia que se tornara o *objeto* de uma demonstração de tolerância, que seu interlocutor o escolhera como pretexto para declarar ao mundo e a si mesmo: "Eu tenho a

mente aberta, não sou anti-semita, ligo apenas para o indivíduo e não para a raça". No íntimo, o judeu considera-se igual aos outros: fala a mesma língua, tem os mesmos interesses de classe, os mesmos interesses nacionais, lê os mesmos jornais, vota como eles, compreende suas opiniões e partilha delas. Mas lhe dão a entender que as coisas não são assim, pois ele tem uma "maneira judaica" de falar, de ler, de votar. Se exige uma explicação, trazem dele um retrato no qual não se reconhece. E, no entanto, é sem dúvida o seu retrato, pois milhões de pessoas o corroboram. O que ele pode fazer? Daqui a pouco veremos que a origem da inquietude judaica está nessa necessidade que o judeu tem de questionar-se sem cessar e finalmente tomar posição a respeito da personagem ilusiva, desconhecida e familiar, inacessível e demasiado próxima, que o obceça e que não é outra coisa senão ele mesmo, tal como surge para os outros. Dirão que isso acontece com todo mundo, que todos temos um caráter que é familiar a quem nos conhece e que mesmo assim nos escapa. Sem dúvida nenhuma — e isso não é mais do que a expressão de nossa relação fundamental com o Outro. Mas o judeu tem como todos nós um caráter e ainda por cima é judeu. De certo modo, trata-se para ele de uma duplicação da relação fundamental com as outras pessoas. Está sobre-determinado.

A situação se torna ainda mais incompreensível para o judeu porque ele desfruta plenos direitos de cidadania, pelo menos quando a sociedade em que vive está em equilíbrio. Nos períodos de crise e de perseguição, ele sofre cem vezes mais, mas pelo menos pode revoltar-se e, por uma dialética análoga à que Hegel aplica ao senhor e ao escravo, recuperar sua liberdade contra a opressão e negar sua natureza maldita de judeu resistindo pelas armas contra aqueles que lhe querem impingí-la. Mas contra quem vai revoltar-se quando tudo está calmo? Com certeza, aceita a coletividade que o cerca, pois quer entrar no jogo e, como todo mundo, submete-se a todas as cerimônias de rigor, dançando conforme a música da honradez e da respeitabilidade; aliás, não é escravo de ninguém: como cidadão livre num regime que autoriza a livre competição, nenhuma dignidade social,

nenhum cargo público lhe são vedados; receberá a Legião de Honra, será alto magistrado, ministro. Mas, no momento em que estiver alcançando o topo da sociedade legal, outra sociedade, amorfa, difusa e onipresente, vai revelar-se num átimo e rejeitá-lo. Ele sente de modo muito especial a futilidade das honrarias e da fortuna porque nem o maior sucesso lhe permitirá jamais chegar a essa sociedade que se pretende a *verdadeira*: se ministro, será ministro judeu, simultaneamente uma excelência e um pária. Não encontra nenhuma resistência específica — mas ocorre uma espécie de fuga em torno de si, surge um esvaziamento impalpável, e então uma química invisível acaba por tirar o valor de tudo que ele toca. Numa sociedade burguesa, a constante mistura de pessoas, as correntes coletivas, as modas, os costumes criam *valores*. O valor dos poemas, dos móveis, das casas, das paisagens decorre em grande parte dessas condensações espontâneas que se depositam sobre os objetos tal como um leve orvalho; ele é estritamente nacional e resulta do funcionamento normal de uma coletividade tradicionalista e histórica. Ser francês não é só ter nascido na França, votar, pagar impostos; é principalmente usar e entender os valores franceses. E, quando participamos da criação deles, ficamos de algum modo seguros de nós mesmos, justificando nossa existência por uma espécie de adesão à coletividade inteira; saber apreciar um móvel Luís XVI, a fineza de um mote de Chamfort, uma paisagem da Île-de-France, um quadro de Claude Lorrain é afirmar e sentir o fato de pertencer à sociedade francesa, é renovar um contrato social tácito com todos os membros dessa sociedade. De imediato, a indefinida casualidade de nossa existência se dissipa, dando lugar à necessidade de uma existência de direito. Todo francês que se emociona lendo Villon ou vendo o palácio de Versalhes torna-se como que funcionário público e detentor de direitos imprescritíveis. Ora, o judeu é justamente o homem a quem se recusa por princípio o acesso aos valores. Sem dúvida, o operário se vê em situação semelhante. Mas há uma diferença: ele pode rejeitar desdenhosamente os valores e a cultura burgueses, pode tencionar substituí-los pelos seus próprios. Já o judeu pertence por

princípio à própria classe das pessoas que o renegam; partilha de seus gostos e de seu modo de vida — *toca* esses valores, mas não os vê; deveriam pertencer-lhe, mas lhe são negados; dizem-lhe que é cego. Claro, isso é falso — ou pode-se mesmo acreditar que Bloch, Crémieux, Suarès, Schwob ou Benda compreendem menos as grandes obras francesas do que um merceeiro ou um policial cristãos? Pode-se mesmo acreditar que Max Jacob empregava nosso idioma com menos habilidade do que um escrivão municipal "ariano"? Proust, meio-judeu, só compreendia Racine pela metade? E quem entendia melhor Sthendal, o ariano Chuquet, célebre escrevinhador, ou o judeu Léon Blum? Mas pouco importa que se trate de um erro, o fato é que o erro é coletivo. E o judeu deve decidir por si próprio se tudo isso é falso ou verdadeiro. Ou melhor: é preciso que dê provas de seu valor. E ainda assim preferirão sempre negar essas provas. Pode ir tão fundo quanto queira para compreender uma obra, um costume, uma época, um estilo: o que dá *verdadeiro* valor ao objeto considerado, um valor acessível apenas aos franceses da França real, é justamente o que está "além", aquilo que não se pode exprimir com palavras. Em vão o judeu alegaria sua cultura, seus trabalhos — é uma cultura judaica, são trabalhos judeus, e ele é judeu precisamente nisso, pois nem desconfia do que deve ser compreendido. Assim, tentam persuadi-lo de que lhe escapa o verdadeiro sentido das coisas, forma-se ao redor dele uma névoa intangível que é a *verdadeira* França, com seus *verdadeiros* valores, seu *verdadeiro* tino, sua *verdadeira* moralidade, e ele não participa de nada disso. Da mesma forma, o judeu pode adquirir todos os bens que quiser, todas as terras e castelos que puder: no exato momento em que se torna proprietário legal, a propriedade muda sutilmente de significado. Só um francês, filho de franceses, filho ou neto de camponeses, é capaz de possuir realmente. Para possuir um casebre de aldeia, não basta tê-lo comprado com dinheiro, é preciso conhecer todos os vizinhos, seus pais e avós, as colheitas locais, as faias e carvalhos da floresta, saber arar, pescar, caçar, ter feito marcas nas árvores quando criança e encontrá-las maiores quando adulto. Pode-se

ter certeza de que o judeu não atende a esses requisitos. Talvez o francês também não, mas há graças divinas, há uma maneira judaica e uma maneira francesa de confundir a aveia com o trigo. Portanto, o judeu permanece sendo o estrangeiro, o intruso, o inassimilado no próprio seio da coletividade. Tem acesso a tudo, mas não possui nada — pois, segundo lhe dizem, o que se possui não pode ser comprado. Tudo que o judeu toca, tudo que ele adquire se desvaloriza em suas mãos; os bens da terra, os verdadeiros bens, são sempre aqueles que ele não tem. Ainda assim, sabe muito bem que está contribuindo tanto quanto qualquer outro para o futuro da sociedade que o repele. Mas, se o futuro lhe pertence, pelo menos lhe recusam o passado. Aliás, é preciso reconhecer que, se o judeu voltar-se para o passado, verá que nele sua raça não teve participação alguma: os reis da França, os seus ministros, os grandes capitães, os grandes nobres, os artistas, os sábios, nenhum deles era judeu; também não foi o judeu quem fez a Revolução Francesa. A razão é simples: até o século XIX, os judeus, como as mulheres, não estavam emancipados, e por isso sua contribuição para a vida política e social é, como a das mulheres, recente. Os nomes de Einstein, Charlie Chaplin, Bergson, Chagall, Kafka bastam para mostrar o que teriam dado ao mundo se tivessem sido emancipados mais cedo. Mas não importa, o fato está aí. Esses franceses não dispõem da história da França. Sua memória coletiva só lhes traz obscuras lembranças de *pogroms*, guetos, êxodos, grandes sofrimentos monótonos, vinte séculos de repetição, e não de evoluções. O judeu ainda não é *histórico*, e no entanto é o mais antigo dos povos, ou quase; é isso que lhe dá esse ar de sempre velho e sempre novo; tem uma sabedoria e nenhuma história. Muito bem, que não a tenha, dirão: precisamos apenas acolhê-lo sem reservas; nossa história será a dele ou pelo menos a de seu filho. Mas é isso que cuidam de não fazer. Assim, ele fica à deriva, incerto, desenraizado. Aliás, que não pense em voltar-se para Israel a fim de encontrar uma comunidade e um passado que compensem aqueles que lhe são recusados. Essa comunidade judaica, que não se baseia na nação, na terra, na religião (pelo

menos não na França contemporânea) ou nos interesses materiais, mas sim numa identidade de situação, poderia ser um elo verdadeiramente *espiritual* de afeição, cultura e auxílio mútuo. Mas seus inimigos logo dirão que ela é étnica, e o próprio judeu, bastante embaraçado, talvez use a palavra raça para designá-la. De imediato, estará dando razão ao anti-semita: "Vejam que há uma *raça* judaica, eles mesmos reconhecem isso e, aliás, sempre ficam juntos". E de fato, se os judeus querem derivar dessa comunidade uma altivez legítima, e como não podem orgulhar-se de uma obra coletiva especificamente judaica, de uma civilização propriamente israelita ou de um misticismo comum, acabarão mesmo por exaltar qualidades raciais. Assim, o anti-semita sempre vence. Em suma, exige-se do judeu, intruso na sociedade francesa, que permaneça isolado. Se o judeu não consente, é insultado. Mas, se obedece, nem por isso é assimilado; apenas o *toleram*. E isso com uma desconfiança que o força a sempre ficar "demonstrando seu valor". Em caso de guerra ou de rebelião, o verdadeiro francês não precisa provar nada: simplesmente cumpre suas obrigações militares ou civis. Mas com o judeu não acontece a mesma coisa: ele pode ter certeza de que vão contar sem dó o número de judeus nas forças armadas. Portanto, ele de repente se vê respondendo por todos os seus correligionários. Mesmo se já passou da idade de combater, sentirá a necessidade de alistar-se (não importa se vai fazê-lo ou não) porque em todo lugar se afirma que os judeus conseguem não ser mobilizados. Dirão que se trata de um rumor bem fundamentado. Mas não. Numa análise de Stekel sobre um complexo judaico de que falei mais adiante, li esta frase: "Os cristãos em geral ficavam dizendo' (é uma judia quem fala) 'que os judeus se esquivavam o mais que podiam. Foi por isso que meu marido quis alistar-se como voluntário". Ora, trata-se do começo do conflito de 1914, e a Áustria não entrava em guerra desde 1866, quando usara um exercício profissional. Logo, essa reputação dos judeus na Áustria, e na França, é simplesmente o fruto espontâneo da desconfiança para com o judeu. Em 1938, no momento em que a crise internacional se resolvia em Munique, o governo francês convo-

cou apenas algumas categorias de reservistas — assim, a maioria dos homens aptos a servir ainda não tinha sido mobilizada. No entanto, já se atiravam pedras na vitrine de um amigo meu, comerciante judeu de Belleville, chamando-o de refratário. Portanto, para que deixem o judeu em paz, ele precisa ser mobilizado antes dos outros; se há escassez de comida, precisa passar mais fome do que os outros; se uma desgraça coletiva fustiga o país, precisa ser o mais atingido. Essa eterna obrigação de provar que é francês acarreta para ele *uma situação de culpabilidade*: se não fizer sempre mais do que os outros, muito mais do que os outros, será culpado. Será um judeu imundo, e poderíamos perguntar, parodiando uma frase de Beaumarchais: a julgar pelas qualidades exigidas do judeu para equipará-lo a uma "verdadeiro" francês, quantos franceses seriam dignos de ser judeus na própria França?

Como o judeu depende da opinião alheia para trabalhar, ter direitos e viver, sua situação é toda instável: legalmente inatacável, ele está à mercê dos humores, das paixões da sociedade "real". Observa os avanços do anti-semitismo, prevê as crises e as grandes conoções tal como o camponês observa e prevê as tempestades: avalia sem cessar as repercussões que os eventos externos terão sobre sua própria posição. Pode acumular garantias legais, riquezas, honrarias — só fica mais vulnerável e sabe disso. Assim, parece-lhe que seus esforços são sempre coroados de sucesso (pois conhece os êxitos fulgurantes de sua raça) e, ao mesmo tempo, que uma maldição os recobre de futilidade; nunca vai obter a segurança do mais humilde dos cristãos. Esse talvez seja um dos sentidos de *O processo*, do israelita Kafka: tal como o herói do romance, o judeu está enredado num longo processo; não conhece seus juízes e mal conhece seus advogados; não sabe do que o acusam, mas sabe que o consideram culpado; o julgamento está sempre sendo adiado para a semana, a quinzena seguinte, e ele aproveita para garantir-se de mil maneiras; mas cada uma dessas precauções tomadas às escuras o faz incorrer ainda mais em culpa; exteriormente, sua situação pode parecer ótima, mas esse processo interminável o corrói de modo

invisível; e às vezes acontece, como no romance, que homens o prendam, arrastem-no sob a alegação de que perdeu a causa e o chacinem num terreno baldio dos subúrbios.

Os anti-semitas têm razão em dizer que o judeu come, bebe, lê, dorme e morre como judeu. Como é que poderia ser de outra forma? Envenenaram-lhe sutilmente a comida, o sono e até a morte. Como é que o judeu não iria ficar a cada minuto tomado do posição em face desse envenenamento? E, a partir do momento em que põe o pé fora de casa, em que encontra as outras pessoas na rua ou num local público qualquer, em que sente os olhares daqueles que um jornal judaico chama de "Eles", com um misto de medo, desdém, reprovação e amor fraterno, o judeu tem de decidir-se: vai aceitar ou não ser essa personagem cujo papel querem que desempenhe? E, se aceitar, vai fazê-lo em que medida? Se recusar, vai negar todo o vínculo com os outros israelitas? Ou apenas um vínculo étnico? O que quer que faça, já tomou esse caminho. Pode optar em ser corajoso ou covarde, ser triste ou alegre, matar os cristãos ou amá-los. Mas não pode escolher não ser judeu. Ou melhor: se optar por isso, se declarar que o judeu não existe, se negar violenta e desesperadamente seu próprio caráter judaico, será justamente aí que se mostrará judeu. Pois eu, que não sou judeu, não preciso negar nem provar nada, ao passo que, se o judeu decidir que sua raça não existe, caberá a ele *dar provas disso*. Ser judeu é ser lançado e *abandonado* na situação judaica e, ao mesmo tempo, ser responsável em sua pessoa pelo destino e pela própria natureza do povo judeu. Não importa o que diga ou faça, não importa que tenha uma consciência clara ou obscura de suas responsabilidades, pois para o judeu tudo se passa como se devesse confrontar todos os seus atos com um imperativo de tipo kantiano — como se devesse indagar de si mesmo: "Se todos os judeus agissem como eu, o que seria da realidade judaica?" E, às questões que se propõem (o que aconteceria caso todos os judeus fossem sionistas, ou se convertessem ao cristianismo, ou negassem que são judeus, etc.), deve responder sozinho, sem ajuda, definindo a si mesmo.

Se concordarem comigo que o homem é uma liberdade em situação, então se compreenderá facilmente que essa liberdade possa definir-se como autêntica ou inautêntica segundo a escolha que faz de si mesma na situação em que surge. É claro, a autenticidade consiste em tomar consciência lúcida e verdadeira da situação, em assumir as responsabilidades e os riscos que essa situação implica, em assumi-la na grandeza ou na humilhação, às vezes no horror e no ódio. Não há dúvida de que a autenticidade demanda muita coragem e mais do que coragem. Por isso, não é de admirar que a inautenticidade seja mais comum. A maioria dos burgueses, dos cristãos é inautêntica, no sentido de que se recusam a viver até o limite a sua condição burguesa e cristã e de que sempre mascaram certas partes dessa condição. E, quando os comunistas incluem em seu programa a "radicalização das massas", quando Marx explica que a classe operária *precisa* tomar consciência de si mesma, isso significa apenas que de início o operário também é inautêntico. O judeu não escapa à regra: em seu caso, a autenticidade está em viver até o limite a condição de judeu, e a inautenticidade está em negar essa condição ou tentar esquivar-se a ela. E, sem dúvida, a inautenticidade é mais atraente para o judeu do que para os outros homens porque a situação que ele precisa assumir e viver é pura e simplesmente a do mártir. Em geral, o que os homens menos favorecidos descobrem em sua situação é um vínculo de solidariedade concreta com outros homens: a condição econômica de assalariado, vivida na perspectiva revolucionária, ou a de membro de uma seita, mesmo se perseguida, comportam uma profunda unidade de interesses materiais e espirituais. Mas já mostramos que os judeus não têm comunidade de interesses ou comunidade de crenças. Não têm a mesma pátria, não têm história nenhuma. O único elo que os une é o desprezo cheio de hostilidade que as sociedades circundantes sentem por eles. Assim, o judeu autêntico é aquele que assume a si próprio no desprezo que lhe dedicam; em tempos de paz social, a situação que ele quer compreender e viver plenamente é quase intangível: é uma atmosfera, um senso sutil das fisionomias e das palavras, uma

ameaça que se dissimula nas coisas, um elo abstrato que o une a outros homens que, aliás, são muito diferentes dele. Pelo contrário, tudo conspira para que ele mesmo se enxergue como simples francês: a prosperidade de seus negócios depende estreitamente da prosperidade do país, o destino de seus filhos está ligado à paz, à grandeza da França, a língua que ele fala e a cultura que lhe foi dada permitem-lhe apoiar seus cálculos e seus raciocínios em princípios comuns a toda uma nação. Portanto, poderia facilmente esquecer sua condição de judeu se, como vimos, não encontrasse por toda a parte este veneno quase indetectável: a consciência hostil do outro. O que pode surpreender não é de modo algum que haja judeus inautênticos, mas sim que estes sejam proporcionalmente menos numerosos do que os cristãos inautênticos. No entanto, foi inspirando-se em certas condutas dos judeus inautênticos que o anti-semita forjou sua mitologia do judeu em geral. De fato, o que caracteriza esses judeus é viverem sua situação fugindo a ela; escolheram negá-la, negar sua responsabilidade ou negar aquele desamparo que lhes parecia intolerável. Isso não significa necessariamente que eles queiram destruir o conceito de judeu ou que neguem explicitamente a existência de uma realidade judaica. Mas seus gestos, sentimentos e atos visam silenciosamente a destruir essa realidade. Em resumo, os judeus inautênticos são homens que os outros homens consideram judeus e que escolheram fugir a essa situação insuportável. Disso resultam diversos comportamentos, que não estão todos presentes ao mesmo tempo numa mesma pessoa e que podem todos ser caracterizados como *vias de escape*. O anti-semita reuniu e interligou todas essas vias distintas e às vezes incompatíveis, traçando assim um retrato monstruoso que ele alega ser o do judeu em geral; ao mesmo tempo, mostra esses esforços independentes para evadir-se a uma situação penosa como se fossem traços hereditários, gravados no próprio corpo do israelita e, por conseguinte, impossíveis de modificar. Se quisermos ver com clareza, será preciso desmembrar esse retrato, atribuir autonomia a essas "vias de escape" e apresentá-las como *iniciativas*, e não como qualidades inatas. Será preciso

compreender que a nomenclatura dessas vias aplica-se unicamente ao judeu *inautêntico* (a palavra inautêntico não implica, é claro, nenhuma censura moral) e que se deve completá-la com uma descrição da autenticidade judaica. Por fim, será preciso nos convenceremos dessa idéia que é a *situação* do judeu, idéia que deverá servir-nos de fio condutor em todas as circunstâncias. Se partirmos desse método e o aplicarmos com rigor, talvez possamos substituir o grande mito maniqueísta de Israel por algumas verdades mais fragmentárias e, no entanto, mais precisas.

Qual é o primeiro traço da mitologia anti-semita? É que, segundo nos dizem, o judeu é um ser complicado, que passa o tempo todo analisando-se e lucubrando. Gostam de dizer que ele sutilha demais, "procura pelo em ovo", e nem mesmo questionam se essa tendência à análise e à introspecção é compatível com a avidez comercial e o oportunismo cego que também lhe atribuem. Quanto a nós, reconhecemos que a escolha de evadir-se acarreta para certos judeus, na maioria intelectuais, uma atitude constantemente introspectiva. Mas é preciso que sejamos claros. Essa introspecção não é herdada: é uma via de escape, e somos nós que forçamos o judeu a fugir.

A respeito disso, Stekel e vários outros psicanalistas falam de um "complexo judaico". E muitos são os judeus que mencionam seu complexo de inferioridade. Não vejo inconveniente em utilizar essa expressão, desde que fique bem claro que tal complexo não é recebido de fora e que o judeu *fica complexado [se met en état de complexer]* quando escolhe viver sua situação no modo inautêntico. Em suma, deixou-se persuadir pelos anti-semitas, é a primeira vítima da propaganda deles. Concorde com eles em que, *se existe um judeu*, este deve ter as características que a malevolência popular lhe dá; seu esforço é então para constituir-se em mártir, na própria acepção da palavra, ou seja, para provar *mediante sua pessoa* que o judeu não existe. Frequentemente, sua angústia assume forma especial: transforma-se no medo de agir ou de sentir como judeu. Há psicastênicos que são obcecados pelo medo de matar, de atirar-se da janela ou de dizer coisas indecorosas. Em certa medida, alguns judeus podem ser comparados a

eles, ainda que suas angústias raramente cheguem ao nível patológico: deixaram-se envenenar por determinada representação que os outros têm deles e vivem com medo de que seus atos a confirmem. Assim, retomando um termo de que já nos servimos, poderíamos dizer então que sua conduta está permanentemente sendo sobre-determinada de dentro. De fato, seus atos não têm apenas as motivações que se podem creditar aos dos não-judeus — conveniência, paixão, altruísmo —, mas visam também a atingir-se radicalmente dos atos catalogados como “judaicos”. Inúmeros judeus são deliberadamente generosos, desinteressados e até munificentes *porque* em geral se considera o judeu um amante do dinheiro. Notem que isso de modo algum significa que eles precisam lutar contra uma “tendência” à avareza. *A priori*, não há nenhuma razão para que o judeu seja mais avarento do que o cristão. Antes, isso significa que tais gestos de largueza são turvados pela decisão de ser generoso. A espontaneidade e a premeditação estão aí misturadas de maneira inextricável. O objetivo é obter certo resultado no mundo exterior é, ao mesmo tempo, provar aos outros e a si mesmo que não existe natureza judaica. Por isso, muitos judeus inautênticos fingem não ser judeus. Vários me relataram a curiosa reação que tiveram depois do armistício. Sabe-se que o papel dos judeus na Resistência foi admirável; antes da entrada dos comunistas na luta, foram eles que forneceram os principais quadros do movimento; durante quatro anos, deram provas de uma coragem e de uma determinação para as quais tiramos com prazer o chapéu. No entanto, alguns hesitaram bastante antes de entrar para a Resistência, pois esta lhes parecia tão conforme aos interesses judaicos que eles de início não toleravam a idéia de envolver-se; teriam preferido assegurar-se de que resistiam não como *judeus*, mas como *franceses*. Esse escrúpulo mostra bastante bem o caráter específico de suas deliberações: o fator judaico interveém de imediato, e para eles se torna simplesmente impossível decidirem-se a partir do mero exame dos fatos. Em resumo, eles se colocaram naturalmente no terreno da reflexibilidade. O judeu, como o tímido ou o escrupuloso, não se contenta em agir ou pensar: *enxerga-se* agindo ou pensando. Entretanto, con-

vém observar que a reflexibilidade judaica, não tendo origem na curiosidade desinteressada ou no desejo de conversão moral, é *prática*. O que buscam conhecer pela introspecção não é o homem, mas o *judeu*; e querem conhecê-lo para *negá-lo*. Para eles, não se trata de reconhecer certos defeitos e combatê-los, mas de assinalar com sua conduta que eles não têm tais defeitos. Explica-se dessa forma o caráter especial da ironia judaica, que no mais das vezes se faz à custa do próprio judeu e constitui uma eterna tentativa de enxergar-se a partir de fora. O judeu, porque se sabe observado, toma a dianteira e tenta ver-se com os olhos dos outros. Essa objetividade a respeito de si mesmo é mais uma armadilha da inautenticidade: enquanto se contempla com o “distanciamento” de outro, ele na realidade se sente *distanciado* de si, tornando-se outro, um simples espectador.

Entretanto, sabe muito bem que esse distanciamento de si não será efetivo se não for ratificado pelas outras pessoas. Por isso, o judeu freqüentemente tem bastante poder de assimilação. Absorve todos os conhecimentos com uma avidez que não deve ser confundida com a curiosidade desinteressada. Isso porque ele imagina tornar-se um homem, nada mais do que um homem, um homem como os outros, se ingerir todos os pensamentos do homem e adquirir um ponto de vista humano acerca do mundo. Cultiva-se para destruir o judeu que existe em si; gostaria que aplicassem a ele a máxima de Terêncio modificando-a um pouco: *Nil humani mihi alienum puto ergo homo sum*<sup>\*</sup>. Ao mesmo tempo, procura desaparecer na multidão dos cristãos; já vimos que os cristãos tiveram a habilidade e a ousadia de afirmar em face do judeu que não eram *outra raça*, mas pura e simplesmente *o homem*; se o judeu está fascinado pelos cristãos, não é por causa das virtudes deles, as quais não considerava muito, mas porque eles representam o anônimo, a humanidade sem raça. Se tenta infiltrar-se nos círculos mais fechados, não é por causa dessa am-

\* “Nada do que é humano me é estranho, portanto sou homem.” A máxima de Terêncio é *Homo sum; humani nil a me alienum puto*, “Sou homem; nada do que é humano me é estranho”. (N. T.)



bição desenfreada que tanto lhe reprovam. Ou melhor, essa ambição tem um único significado: o judeu procura *fazer-se reconhecer* como homem pelos outros homens. Se quer introduzir-se em toda a parte, é porque não ficará tranquilo enquanto houver um ambiente que o rejeite e que, rejeitando-o, o faça judeu a seus próprios olhos. O princípio dessa marcha para a assimilação é excelente: o judeu reivindica seus direitos de francês. Infelizmente, a realização de seu projeto já peca pela base, pois ele gostaria que o acolhessem como "um homem" e, mesmo nos círculos que pôde penetrar, é como judeu que o recebem: é o judeu rico ou influente que "convém" frequentar, ou o judeu "bom", o judeu de exceção, que se frequenta por amizade *apesar* de sua raça. Sabe disso, mas, se reconhecesse que o acolhem como judeu, seu projeto perderia todo o sentido e ele cairia no desalento. Assim, age de má-fé: esconde de si próprio a verdade que, no entanto, carrega no fundo de si mesmo; conquista *enquanto judeu* uma posição, conserva-a com os meios de que dispõe (ou seja, com seus meios *de judeu*), mas considera cada nova conquista o símbolo de um patamar mais elevado de assimilação. E, evidentemente, o anti-semitismo, que é a reação quase imediata dos ambientes penetrados, não o deixa ignorar por muito tempo aquilo que gostaria tanto de desconhecer. Mas as violências do anti-semita têm o efeito paradoxal de levar o israelita a conquistar outros ambientes e outros grupos. Isso porque sua ambição é fundamentalmente busca de segurança, assim como seu esnobismo (quando é esnobe) constitui um esforço para assimilar os valores nacionais (pinturas, livros, etc.). Assim, ele percorre rápida e brilhantemente todas as camadas sociais, mas continua a ser uma espécie de partícula não-absorvida nos meios que o acolhem. Sua assimilação é tão fulgurante quanto efêmera. Frequentemente lhe reprovam isso — segundo a observação de Siegfried\*, os americanos acreditam que a origem de seu anti-

\* Referência a *Os Estados Unidos de hoje* (*Les États-Unis d'aujourd'hui*), estudo da situação econômica, política e social americana que o francês André Siegfried publicou em 1927. (N.T.)

semitismo está no fato de os imigrantes judeus, que pareciam ter sido os primeiros a assimilar-se, continuavam judeus na segunda ou na terceira geração. É claro, interpreta-se esse fato como se o judeu não desejasse sinceramente assimilar-se e como se, por trás de uma adaptabilidade fingida, se ocultasse nele um apego deliberado e consciente às tradições de sua raça. Mas trata-se exatamente do contrário: o judeu é inassimilável porque nunca o acolhem como *um* homem, mas sempre como *o* judeu.

Dessa situação resulta novo paradoxo: o judeu inautêntico quer desaparecer no mundo cristão e, ao mesmo tempo, continua fixado nos ambientes judaicos.

Onde quer que se introduza para fugir à realidade judaica, o judeu sente que o acolhem como judeu e que a todo instante pensam nele como tal. Sua vida entre os cristãos não lhe dá descanso, pois não proporciona o anonimato que ele procura; pelo contrário, é uma tensão permanente; nessa fuga em direção ao homem, carrega por toda a parte a imagem que o persegue. É isso o que estabelece entre todos os judeus uma solidariedade que não é de ação ou de interesse, mas de situação. O que os une, muito mais do que um sofrimento de dois mil anos, é a solididade presente dos cristãos. É inútil os judeus alegarem que só o acaso os reuniu nos mesmos bairros; nos mesmos imóveis, nos mesmos negócios; existe entre eles um vínculo forte e completo, que vale a pena descrever. Pois o judeu é para o judeu o único homem com quem pode dizer  *nós*. E o que todos têm em comum (pelo menos todos os judeus inautênticos) é essa tentação de pensar que "não são homens como os outros", esse desvario em face da opinião de outrem e essa decisão cega e desesperada de fugir àquela tentação. Ora, quando voltam a estar entre si na intimidade de seus apartamentos, eliminam a realidade judaica ao eliminarem o espectador não-judeu. Para os raros cristãos que penetraram nesses interiores, os judeus certamente parecem mais judeus do que nunca, mas é porque estão relaxados; e esse relaxamento não significa que se entreguem prazerosamente a sua natureza "judaica" (coisa de que se costuma acusá-los), mas, ao contrário, que a esquecem. De fato, quando os judeus estão

entre si, cada um deles é, para o outro e, portanto, para si mesmo, nada mais do que um homem. A prova disso, caso ainda seja necessária, está em que muito freqüentemente os membros de uma mesma família não notam os caracteres étnicos de seus parentes (por caracteres étnicos, entendemos aqui os dados biológicos hereditários que temos como irrefutáveis). Eu conhecia uma senhora judia cujo filho, por volta de 1934, precisou fazer algumas viagens de negócios à Alemanha nazista. Esse filho tinha os caracteres típicos do israelita francês: nariz adunco, orelhas de abano, etc.; mas, como as pessoas ficassem preocupadas com ele durante uma de suas ausências, a mãe respondeu: "Ah, eu estou bastante tranqüila, pois ele não tem jeito de judeu".

Só que, por uma dialética própria da inautenticidade judaica, esse recurso à interiorização, esse esforço para constituir uma imanência judaica (na qual todo judeu, em vez de ser espectador dos outros, se incorporaria numa subjetividade coletiva) e para eliminar o cristão como espectador, todas essas artimanhas de *fuga* são reduzidas a nada pela presença universal e constante do não-judeu. Mesmo em suas reuniões mais íntimas, os judeus poderiam dizer dele o que Saint-John Perse diz do sol: "Não o mencionam, mas sua presença está entre nós" [*Il n'est pas nommé, mais sa présence est parmi nous*]. Não ignoram que essa mesma propensão a andar uns com os outros os define como judeus aos olhos do cristão. E, quando aparecem em público à vista de todos, a companhia dos outros judeus os marca a ferro e fogo. O judeu que encontra outro na sala de visitas de um cristão é um pouco como o francês que encontrasse um compatriota no estrangeiro. Só que o francês teria prazer em afirmar-se como francês aos olhos do mundo. Já o judeu, caso fosse o único israelita nessa companhia não-judaica, iria esforçar-se para não *sentir-se* judeu. Mas, como há outro judeu consigo, sente-se em perigo *por causa do outro*. Ele, que pouco antes não notava os caracteres étnicos do filho ou do sobrinho, agora espia o correligionário com os olhos de um anti-semite e procura com um misto de receio e fatalismo os sinais objetivos de sua origem comum; tem tanto medo das conclusões que os cristãos vão tirar

que se apressa a antecipá-las — é anti-semite por impaciência e por conta dos outros. E cada traço judaico que julga discernir é como uma punhalada nele próprio, pois lhe parece que o localiza em si mesmo, mas fora de alcance, evidente, irremediável e dado. De fato, pouco importa que *manifeste* a raça judaica: se ela já se manifestou, todos os esforços para negá-la serão inúteis. Sabe-se que os inimigos de Israel, em defesa de suas opiniões, gostam de dizer que "não há ninguém mais anti-semite do que o judeu". Na realidade, o anti-semitismo do judeu é tomado de empréstimo. É antes de tudo a dolorosa obsessão de achar nos pais, nos parentes os defeitos que quer rejeitar com todas as forças. Stekel, na análise que já citamos, relata o seguinte: "No que se referia à educação e à casa, tudo devia seguir as diretivas [do marido judeu da mulher que está fazendo psicanálise]. É ainda pior em sociedade: ele a persegue com o olhar e a crítica, de modo que fica toda ataralhada. Quando moça, era ativa, e todos elogiavam suas maneiras distintas e seguras. Agora, está sempre tremendo por receio de ter feito algo errado; tem medo da crítica que vê nos olhos do marido... *Ao menor descuido, ele a condena dizendo que se comporta como judia*".

Podemos até ver esse drama a duas personagens: o marido, crítico, quase pedante, sempre se colocando no plano da flexibilidade e reprovando à mulher ser judia porque ele mesmo morre de medo de parecer judeu; a mulher, sufocada por esse olhar implacável e hostil, sentindo-se aprisionada a despeito de si mesma na "judaicidade" e pressentindo, sem compreender, que cada um de seus gestos, cada uma de suas falas destoa um pouco e revela a todos os olhos a sua origem. É um inferno para ambos. Mas, além disso, deve-se ver no anti-semitismo do judeu um esforço para dissociar-se dos defeitos que se reconhecem em sua "raça", transformando-se em testemunha objetiva e em juiz dela:

Da mesma forma, acontece de muitas pessoas julgarem a si mesmas com severidade lúcida e implacável porque assim, ao sentirem-se *juizes*, escapam à condição de culpadas. De todo modo, a evidente presença no outro dessa "realidade judaica"

que o judeu ingênuo rejeita em si mesmo contribui para criar nele um sentimento místico e pré-lógico de sua ligação com os outros judeus. Tal sentimento é, em suma, o reconhecimento de uma *participação*; os judeus "participam" uns dos outros, a vida de cada um é possuída pelos dos outros; e essa comunhão mística fica mais forte quando o judeu ingênuo tenta negar-se como judeu. Para provar isso, basta um exemplo: sabe-se que em outros países as prostitutas são freqüentemente francesas. Deparar com uma francesa num bordel da Alemanha ou da Argentina nunca foi coisa agradável para um francês. Mas nele o senso de participação na realidade nacional é de tipo completamente diferente: a França é uma *nação*, e o patriota pode assim considerar-se vinculado a uma realidade coletiva que se exprime pela atividade econômica, cultural, militar; se alguns aspectos secundários são desagradáveis, ele não precisa levá-los em conta. Não é essa a reação do judeu que encontra uma judia nas mesmas circunstâncias: a despeito de si mesmo, vê na situação humilhante dessa prostituta um símbolo da humilhante situação de Israel. Ocorrem-me várias histórias a respeito disso. Vou citar apenas uma, pois me foi contada diretamente pelo protagonista: um judeu entra num bordel, escolhe uma prostituta e deita-se com ela. Essa mulher lhe diz que é judia. Ele fica impotente na mesma hora e logo depois passa a sentir uma humilhação insuportável, que se traduz por vômitos violentos. O que o repugna não é a relação sexual com uma judia, pois afinal os judeus casam entre si; é antes de mais nada o fato de contribuir pessoalmente para a humilhação da raça judaica na pessoa da prostituta e, por conseguinte, em sua própria pessoa — no final, é *ele* quem fica prostituído e humilhado, ele e todo o povo judeu.

Assim, não importa o que faça, o judeu ingênuo é obcecado pela consciência de ser judeu. Justamente quando se esforça para desmentir com toda a sua conduta os traços que lhe atribuem, ele acredita ver esses traços nos outros e, por aí, os vê indiretamente em si mesmo. Percruta seus correligionários e fogue deles; afirma ser apenas mais um entre outros homens, como os outros homens, mas sente-se comprometido pela atitude do

primeiro passante, se por acaso esse passante é judeu. É anti-semita para romper todos os laços com a comunidade judaica, mas torna a encontrá-la no fundo do coração, pois sente na própria carne as humilhações a que os anti-semitas submetem os outros judeus. E o que constitui uma das características do judeu ingênuo é precisamente essa eterna oscilação entre o orgulho e o sentimento de inferioridade, entre a rejeição voluntária e apaixonada dos traços de sua raça e a participação mística e carnal na realidade judaica. Essa situação dolorosa e inextricável pode levar um pequeno número de judeus ao masoquismo. É que o masoquismo surge como uma solução passageira, uma espécie de pausa, de descanso. O que obceca o judeu é o fato de ser responsável por si mesmo como todo homem, de realizar livremente os atos que julga convenientes e de, mesmo assim, uma atividade hostil estar sempre achando que esses atos se mostram contaminados pelo caráter judaico. Por isso, ele sente que se faz judeu exatamente quando se esforça para fugir à realidade judaica. Sente que está empenhado numa luta de que sai sempre perdendo e em que se torna seu próprio inimigo; na medida em que tem consciência de ser responsável por si mesmo, sente que tem a esmagadora responsabilidade de fazer-se judeu ante os outros judeus e ante os cristãos. Por meio dele, a despeito de si mesmo, a realidade judaica existe. Ora, o masoquismo é o desejo de fazer-se tratar como objeto. Humilhado, menosprezado ou simplesmente ignorado, o masoquista tem prazer de ver-se desafiado, manipulado, usado como uma coisa. Procura realizar-se como coisa inanimada e, ao mesmo tempo, renuncia a suas responsabilidades. O que atrai certos judeus, cansados de lutar contra essa impalpável judaicidade, sempre renegada e sufocada e sempre renascente, é a renúncia total. Na realidade, assumir-se judeu é mostrar-se autêntico, mas eles não perceberam que a autenticidade se manifesta na revolta; querem apenas que os olhares, as violências, o desprezo dos outros os constituam como judeus atribuindo-lhes qualidades e um destino, tal como uma pedra é uma pedra; assim, ficarão momentaneamente aliviados dessa liberdade enfeitada que é a deles, que não lhes permite

escapar a sua condição e que parece estar lá apenas para res-ponsabilizá-los por aquilo que rejeitam com toda a força. É claro, deve-se observar que esse masoquismo também tem outras causas. Numa passagem admirável e cruel de *Antígona*, Sófocles escreve: "És orgulhosa demais para alguém que está na desgraça". Poderíamos dizer que um dos traços essenciais do judeu está em que, ao contrário de Antígona, uma convivência de séculos com a catástrofe o faz ser humilde na desgraça. Disso não se deve de modo algum concluir, como freqüentemente se conclui, que ele é arrogante no sucesso e humilde no fracasso. Trata-se de coisa muito diferente: ele absorveu esse curioso conselho que a sabedoria grega dava à filha de Édipo, compreendeu que a humildade, o silêncio, a paciência são adequados ao infortúnio porque este já é pecado suficiente aos olhos dos homens. E certamente essa sabedoria pode transformar-se em masoquismo, no gosto de sofrer. Mas o essencial continua a ser essa tentativa de evadir-se de si mesmo e acabar marcado para sempre por uma natureza e uma sina judaicas que o dispensem de toda responsabilidade e de toda luta. Assim, o anti-semitismo do judeu inautêntico e seu masoquismo representam de certa forma os dois extremos de sua tentativa: na primeira atitude, vai até renegar a raça para, a título estritamente individual, não ser mais do que um homem sem mácula em meio aos outros homens; na segunda, renega sua liberdade de homem para escapar ao pecado de ser judeu e tentar alcançar o repouso e a passividade da coisa.

Mas o anti-semita acrescenta outro toque ao retrato: diz que o judeu é um intelectual abstrato, puro raciocinador. E já vimos que, para o anti-semita, as palavras abstrato, racionalista e intelectual têm sentido pejorativo. Não poderia ser de outra forma, já que o anti-semita define-se pela posse concreta e irracional dos bens da nação. Mas, se lembrarmos que o racionalismo foi um dos principais instrumentos para a libertação do homem, nós nos negaremos a considerá-lo mero jogo de abstrações e, ao contrário, insistiremos em afirmar seu poder criador. Dois séculos — que não foram dos menores — depositaram nele toda a sua esperança; dele nasceram as ciências e suas aplicações práti-

cas; foi um ideal e uma paixão que tentou reconciliar os homens revelando-lhes verdades universais com que pudessem estar todos de acordo; e, em seu otimismo ingênuo e simpático, confundiu deliberadamente o Mal com o erro. Não compreenderemos em nada o racionalismo judaico se, querendo ver nele um gosto abstrato qualquer pela disputa, deixarmos de tomá-lo pelo que realmente é: um ingênuo e vigoroso amor aos homens.

Ao mesmo tempo, porém, é uma via de escape — eu diria mesmo que é a grande via de escape. Até agora, tínhamos visto israelitas que se esforçavam para negar através de suas pessoas, na própria carne, a situação de judeu. Há outros que escolhem uma concepção de mundo em que a própria idéia de raça não encontra lugar; é claro, trata-se sempre de mascarar para si mesmos a *situação de judeu*; mas, se conseguissem persuadir-se e persuadir os outros de que a idéia de judeu é contraditória, se conseguissem formar sua visão de mundo de tal modo que ficassem cegos à realidade judaica como o daltônico é cego ao verde ou ao vermelho, então não poderiam sinceramente dizer que "são homens em meio aos homens"? O racionalismo dos judeus é uma paixão: a paixão pelo Universal. E, se preferiram esta a outra, foi para combater as concepções particularistas que os transformam em seres à parte. A Razão é a coisa mais partilhada do mundo; é de todos e não é de ninguém; em todos é a mesma. Se a Razão existe, então não há absolutamente uma verdade francesa e uma verdade alemã; não há uma verdade negra ou judaica. Existe apenas uma Verdade, e é o melhor quem a descobre. Em face das leis universais e eternas, o próprio homem é universal. Não há mais nem judeus nem poloneses; há homens que vivem na Polônia e há outros cujos documentos designam como "de religião judaica"; entre eles um acordo será sempre possível, desde que verse sobre o universal. Lembremos este retrato do filósofo que Platão traça no *Fédon*: o despertar da razão será para ele a morte do corpo, das particularidades do caráter, e o filósofo desencarnado, puro amante da verdade abstrata e universal, perderá todos os traços individuais para tornar-se um olhar universal. Essa desencarnação é justamente o que certos

israelitas procuram. O melhor modo de não mais sentir-se judeu é raciocinar, pois o raciocínio vale para todos e pode ser referido por todos: não existe uma *maneira judaica* de fazer matemática; assim, o judeu matemático se desencarna e torna-se o homem universal quando raciocina. E o anti-semita que segue o raciocínio desse judeu torna-se, a despeito de suas resistências, irmão dele. Logo, o racionalismo que o judeu adota tão apaixonadamente é antes de mais nada um exercício de ascese e purificação, uma evasão para o universal — e o jovem judeu que toma gosto pelas argumentações brilhantes e abstratas é como o recém-nascido que toca o próprio corpo para conhecê-lo: experimenta e avalia a embriagante condição de homem universal, realiza num plano superior aquela harmonia e aquela assimilação que lhe recusam no plano social. A opção pelo racionalismo é, para ele, a opção por um destino do homem e por uma natureza humana. Por isso é tão verdadeiro quanto falso que o judeu seja “mais inteligente do que o cristão”. É preferível dizer que ele tem o gosto pela inteligência pura e adora exercê-la a propósito de tudo; e que usa essa inteligência sem ser atravancado pelos inúmeros tabus que o cristão encontra como resíduos dentro de si mesmo ou por certo tipo de sensibilidade particularista que o não-judeu cultiva de bom grado. Deve-se também acrescentar que há no judeu uma espécie de imperialismo apaixonado da razão — pois não quer apenas provar que está certo, seu objetivo é convencer os interlocutores de que no racionalismo existe um valor absoluto e incondicionado. Considera-se um missionário do universal; ante a universalidade da religião católica, da qual está excluído, quer estabelecer a “catolicidade” do racional, elo espiritual entre os homens e instrumento para alcançar a verdade. Não é por acaso que Léon Brunschvicg, filósofo israelita, assimila os progressos da razão aos da *unificação* (unificação das idéias, unificação dos homens).

O anti-semita reprova ao judeu “não criar nada”, ter “espírito destrutivo”. Essa acusação absurda (Spinoza, Proust, Kafka, Darius Milhaud, Chagall, Einstein, Bergson não são judeus?) pôde parecer sedutora porque a inteligência judaica assume facil-

mente uma postura crítica. Mas, aqui também, não se trata de uma tendência das células cerebrais, e sim da escolha de uma arte. Foram levantados contra o judeu os poderes irracionais da tradição, da raça, do destino nacional, do instinto. Alega-se que esses poderes edificaram monumentos, uma cultura, uma história, valores práticos que conservam em si muito da irracionalidade de suas origens e que são acessíveis apenas pela intuição. A defesa do israelita é negar ao mesmo tempo a intuição e o irracional; é eliminar as forças obscuras, a magia, o contra-senso, tudo que não se pode explicar com base nos princípios universais, tudo que deixa entrever tendências à singularidade, à exceção. Por princípio, desconfia desses blocos totalitários que de tempos em tempos o espírito cristão faz aparecer — ele *contesta*. E, nesse sentido, pode-se realmente falar de destruição; mas o que o judeu quer destruir é estritamente localizado, é o conjunto dos valores irracionais que produzem um conhecimento imediato e sem garantias. O judeu exige uma cautela, uma garantia para tudo que seu adversário afirma, porque assim ele próprio se garante. Desconfia da intuição porque ela *não se discute*; e porque, como resultado, ela acaba por dividir os homens. Se o judeu argumenta e discute com seu adversário, é para alcançar logo de saída a unidade dos espíritos: antes de qualquer debate, deseja que se entre em acordo sobre os princípios a serem adotados. Mediante esse acordo prévio, propõe construir uma ordem humana baseada na universalidade da natureza humana. O eterno espírito de crítica que lhe reprovam dissimula o amor ingênuo pela comunhão racional com os adversários e a crença ainda mais ingênua de que a violência é absolutamente desnecessária nas relações entre os homens. Partindo de intuições de liberdamente comunicáveis, o anti-semita, o fascista e outros devem necessariamente apelar para a força a fim de impor iluminações que não podem ser compartilhadas; já o judeu inautêntico apressa-se a invalidar pela análise crítica tudo que pode dividir os homens e levá-los à violência, pois seria a primeira vítima de tal violência. Bem sei que Spinoza, Husserl e Bergson encontraram lugar para a intuição em suas doutrinas, mas a dos dois

primeiros é *racional*, o que significa que está fundamentada na razão e garantida pela crítica e tem por objeto verdades universais. Não se parece em nada com o *esprit de finesse* pascaliano — e esse espírito, incontestável e movediço, baseado em mil percepções imperceptíveis, que o judeu considera seu pior inimigo. Quanto a Bergson, sua filosofia oferece o curioso espetáculo de uma doutrina antiintelectualista que foi totalmente edificada pela inteligência mais racionadora e mais crítica. É argumentando que ele estabelece a existência de uma duração pura, de uma intuição filosófica; e essa intuição que descobre a duração ou a vida é universal, pois todos podem praticá-la, e incide sobre o universal, pois seus objetos podem ser nomeados e concebidos. Sei que Bergson faz mil cerimônias antes de servir-se da linguagem. Mas acaba aceitando que as palavras desempenham a função de guias, de indicadoras, de mensageiras não muito fiéis. É preciso mais? E vejamos como fica à vontade na contestação: releiam o primeiro capítulo de seu *Ensaio sobre os dados imediatos da consciência*, a clássica crítica do paralelismo psicofisiológico, a da teoria de Broca sobre a afasia. Na realidade, assim como se pôde dizer com Poincaré que a geometria não-euclidiana era um problema de definição e que ela nascia no momento em que decidíamos chamar de retas certo tipo de curva (por exemplo, as circunferências que podem ser traçadas na superfície de uma esfera), assim também a filosofia de Bergson é um racionalismo que escolheu uma linguagem particular. De fato, escolheu chamar de vida, duração pura, etc. aquilo que a filosofia anterior denominava o “contínuo” e batizou de “intuição” a compreensão desse contínuo. Como essa compreensão deve ser preparada mediante investigações e críticas, como ela discerne um universal e não particularidades incomunicáveis, dá no mesmo chamá-la de intuição irracional ou de função sintética da razão. Se chamam de irracionalismo (com toda a razão) o pensamento de Kierkegaard ou Novalis, diremos então que o sistema de Bergson é um racionalismo que mudou de nome. De minha parte, vejo aí a defesa suprema de um perseguido: atacar para defender-se, conquistar o irracionalismo do adversário en-

quanto tal, ou seja, torná-lo inofensivo e assimilá-lo a uma razão construtiva. E, de fato, o irracional de Sorel conduz diretamente à violência e, por conseguinte, ao anti-semitismo; ao passo que o de Bergson é perfeitamente inofensivo e não pode servir para outra coisa senão a reconciliação universal.

Essé universalismo, esse racionalismo crítico é comum no democrata. Seu liberalismo abstrato afirma que judeus, chineses, negros devem ter os mesmos direitos dos outros membros da coletividade, mas exige esses direitos para eles enquanto homens, e não enquanto produtos concretos e individuais da história. Por isso, certos judeus olham para sua própria pessoa com o olhar do democrata. Perseguidos pelo fantasma da violência, réusidos inassimilados de sociedades particularistas e guerreiras, sonham com uma comunidade contratual em que o próprio pensamento se estabeleceria na forma de contrato (já que o pensamento seria diálogo e logo de saída os disputantes chegariam a um acordo sobre os princípios) e em que o “contrato social” seria o único vínculo cõletivo. Os judeus são os mais afáveis dos homens. São inimigos ardorosos da violência. E essa brandura obstinada que conservam em meio às perseguições mais arozes, esse senso de justiça e de racionalidade que opõem como sua única defesa ante uma sociedade hostil, brutal e injusta, é talvez o melhor da mensagem que nos transmitem e a verdadeirara marca de sua grandeza.

Mas o anti-semite logo se apossa desse livre esforço que os judeus fazem para viverem e dominarem sua situação; transforma-o num traço imutável que manifesta a incapacidade do judeu de assimilar-se. O judeu não é mais um racionalista, e sim um sofista; sua busca não é mais a procura positiva do universal, e sim a evidência de sua incapacidade de apreender os valores vitais raciais e nacionais; o espírito crítico no qual deposita a esperança de defender-se contra as superstições e mitos torna-se espírito satânico de negação, vírus destruidor; em vez de ser considerado um instrumento de autocrítica, nascido espontaneamente no interior de sociedades modernas, esse espírito é visto como um perigo permanente para os vínculos nacionais e os valores

franceses. Mais do que negar o amor de certos judeus pelo exercício da Razão, pareceu-nos mais verdadeiro e mais útil tentar uma explicação de seu racionalismo.

É ainda como tentativa de evasão que se deve interpretar a atitude de alguns desses judeus ante seu próprio corpo. De fato, sabe-se que os únicos caracteres étnicos do judeu são físicos. O anti-semita apossou-se desse fato e o transformou em mito: afirmou poder descobrir seu inimigo com um simples olhar.

A reação de certos israelitas é, portanto, negar esse corpo que os trai. Naturalmente, tal negação varia de intensidade conforme o aspecto físico seja menos ou mais revelador; em todo o caso, eles não assumem seus corpos com essa complacência, esse sentimento tranquilo de posse que caracterizam a maioria dos "arianos". Para estes, o corpo é fruto da terra francesa; eles o possuem por meio dessa participação mágica e profunda que de antemão lhes garante o usufruto de seu solo e de sua cultura. Porque se orgulham do corpo, eles lhe atribuem certo número de valores estritamente irracionais que se destinam a exprimir os ideais da *vida* enquanto tal. Scheler os chamou justamente de valores vitais; de fato, não se referem nem às necessidades básicas do corpo nem às exigências da mente, mas sim a certo tipo de inflorescência, certo estilo biológico que parece evidenciar o funcionamento interno do organismo, a harmonia e a independência dos órgãos, o metabolismo celular e, principalmente, o "projeto de viver", esse intuito cego e ardiloso que é o próprio sentido da finalidade vivente. A graça, a nobreza, a vivacidade estão entre esses valores. Nós os percebemos até nos animais: falamos da graça do gato, da nobreza da águia. Está claro que as pessoas incluem grande número desses valores biológicos no conceito de *raça*. A própria raça não é puro valor vital? Não engloba, em sua estrutura profunda, um juízo de valor, já que a própria idéia de raça implica a de desigualdade? Portanto, o cristão, o ariano sente o corpo de modo particular; não dispõe de uma consciência que pura e simplesmente lhe indique as massivas modificações do organismo; as informações que o corpo envia, seus apelos e mensagens lhe chegam com certos coeficien-

tes de idealidade, são sempre em maior ou menor grau símbolos de valores vitais. Vai até dedicar parte de sua atividade a obter percepções de si mesmo que correspondam a seu ideal vital. A *nonchalance* de nossos janotas, a vivacidade e o "dinamismo" que caracterizaram o ar elegante de certas épocas, o andar feroz do fascista italiano, a graça das mulheres, todas essas condutas biológicas visam a exprimir a aristocracia do corpo. A esses valores ligam-se naturalmente certos antivalores, como o descrédito das *baixas funções* do corpo, e certas condutas e sentimentos sociais, como o pudor. De fato, este não é apenas a vergonha de mostrar a nudez, mas também uma forma de ter o corpo como coisa preciosa, uma recusa a vê-lo como simples instrumento, uma maneira de escondê-lo no santuário das roupas como objeto de culto. O judeu inautêntico é despojado de seus valores vitais pelo cristão. Quando se lembra do corpo, o conceito de raça logo aparece para turvar suas sensações íntimas. Os valores de nobreza e graça foram encampados pelos arianos, que se recusam a aplicá-los ao judeu. Se ele aceitasse esses valores, ficaria talvez obrigado a reconsiderar a noção de superioridade étnica com todas as conseqüências que isso implica. Em nome da própria idéia de *homem universal*, recusa-se a dar ouvidos a essas mensagens tão particulares que o organismo lhe envia; em nome da *racionalidade*, rejeita os valores irracionais e admite apenas valores espirituais; como para ele a universalidade está no topo da escala de valores, o judeu imagina uma espécie de *corpo universal e racionalizado*. Não tem pelo corpo o desprezo dos ascetas, não o considera um "rapo" ou uma "besta", mas também não o vê como objeto de culto: na medida em que *não o esquece*, trata-o como instrumento, que ele se limita a adaptar com precisão a seus fins. E, assim como se recusa a levar em conta os valores irracionais da vida, não aceita estabelecer uma hierarquia entre as funções naturais. Essa recusa tem dois fins: por um lado, acarreta a negação da especificidade étnica de Israel; e, por outro, é uma arma imperialista e ofensiva que visa a convencer os cristãos de que seus corpos são apenas ferramentas. Não é outra a origem dessa "falta de pudor" que o anti-semi-

ta nunca deixa de reprovar ao judeu. É antes de mais nada uma pretensão de tratar o corpo racionalmente. Se o corpo é um mecanismo, por que cercar de proibições as necessidades de excitação? Por que exercer sobre ele uma eterna fiscalização? É preciso tratá-lo, limpá-lo e supri-lo, sem prazer, sem afeto e sem pejo, como uma máquina. Mas, pelo menos em alguns casos, deve-se também ver no fundo desse impudor uma certa desesperança: para que esconder a nudez do corpo se o olhar dos arianos já o despiu definitivamente? Aos olhos deles, ser judeu já não é pior do que estar nu? E, evidentemente, tal racionalismo não é apanágio dos israelitas: encontramos muitos cristãos (médicos, por exemplo) que adotaram para com o próprio corpo ou o dos filhos esse ponto de vista racional; nesses casos, porém, trata-se de uma conquista, uma emancipação que, no mais das vezes, coexiste ainda com muitas remanescentes pré-lógicas. O judeu, pelo contrário, não está de forma nenhuma habituado a criticar os valores vitais — constituiu-se de tal modo que esses não têm sentido para ele. Aliás, deve-se acrescentar contra o anti-semita que esse mal-estar corporal do judeu pode ter efeitos rigorosamente opostos e levar a uma vergonha do corpo e a um pudor extremo. Já me disseram de muitos israelitas que superam em pudor os cristãos e cuja preocupação constante é esconder o corpo; e de outros que se preocupam em espiritualizá-lo, ou seja, em cobri-lo com significados espirituais (já que lhe recusam os valores vitais). Para um cristão, a fisionomia e os gestos de certos judeus freqüentemente incomodam *de tanto significar*. Exprimem demasiadamente, por tempo longo demais, a inteligência, a bondade, a resignação, a dor.

Costuma-se ridicularizar os gestos rápidos e, se posso dizê-lo, volúveis que o judeu faz com as mãos enquanto fala. Essa vacuidade gestual é, aliás, menos disseminada do que se pensa. O mais importante, porém, é distingui-la de certas gesticulações que à primeira vista se assemelham a ela — a do marselhês, por exemplo. No caso do marselhês, a gesticulação, arrebatada, rápida, inexaurível, vem de um fogo interior, um nervosismo constante, um desejo de expressar com todo o corpo aquilo que ele

vê ou sente. No judeu, é antes de tudo o desejo de ser totalmente significativo, de sentir o organismo como um signo a serviço da idéia, de transcender esse corpo que lhe pesa em direção aos objetos ou às verdades que se manifestam em sua mente. Aqui, é preciso acrescentar que qualquer descrição, em tema tão delicado, deve cercar-se de muitas precauções: o que acabamos de dizer não se aplica a todos os judeus inautênticos e, principalmente, aparece como importante variável na atitude geral do judeu, conforme sua educação, sua origem e, sobretudo, o conjunto de seu comportamento.

Parece-me que se poderia explicar da mesma forma a famosa "falta de tato" israelita. É claro que nessa acusação existe uma boa parcela de malevolência. Isso que denominam tato se relaciona ao "*esprit de finesse*", e o judeu desconfia desse espírito. Agir com tato é avaliar a situação num átimo, abarcá-la sinteticamente, senti-la ainda mais do que analisá-la, mas também é, ao mesmo tempo, comportar-se segundo uma infinidade de princípios indistintos, dos quais alguns se referem aos valores vitais e outros exprimem tradições de polidez e cerimônia absolutamente irracionais. Assim, um ato realizado "com tato" implica que seu autor adota certa concepção de mundo que é tradicional, sintética e ritual; não se põde *explicitá-lo*; implica também um senso particular das unidades psicológicas, não é de maneira alguma *crítico* e, acrescentamos por fim, deriva todo o seu sentido de uma comunidade estritamente definida que possui seus ideais, normas e costumes. O judeu possui tanto tato natural quanto qualquer um, se entendemos por esse tato a compreensão original do Outro; mas não *procura* tê-lo.

Se aceitasse basear sua conduta no tato, estaria reconhecendo que a razão não é um guia suficiente para as relações humanas e que a tradição, as forças obscuras da intuição podem ser superiores quando se trata de adequar-se às pessoas ou manipulá-las; estaria admitindo uma casuística, uma moral de casos especiais e, assim, renunciando à idéia de uma natureza humana universal que exige tratamentos universais; teria de confessar que as situações concretas não podem ser comparadas entre si,



tal como, aliás, os homens concretos; teria de cair no particularismo. Mas então estaria reconhecendo seu próprio malogro — pois, em nome desse tato, o anti-semita o denuncia como um caso particular e o exclui da comunidade nacional. O judeu, portanto, tem uma tendência marcante a acreditar que as piores dificuldades podem ser solucionadas pela razão; ele não vê o irracional, o mágico, a nuance concreta e particular; não crê nas singularidades de sentimento; por uma reação de defesa bastante compreensível, esse homem, que vive da opinião que os outros fazem dele, procura negar os valores de opinião, fica tentando a aplicar aos homens os raciocínios que se aplicam às coisas; aproxima-se do racionalismo analítico do engenheiro e do operário — não porque seja amoldado ou atraído pelas coisas, mas porque é rejeitado pelos homens. E a psicologia analítica que ele constrói substitui de bom grado as estruturas sintéticas da consciência pelo jogo dos interesses, pela composição dos apetites, pela soma algébrica das tendências. A arte de dominar, seduzir e convencer transforma-se em cálculo racional. Mas é claro que explicar as condutas humanas pelas noções universais acarreta o risco de levar à abstração.

De fato, é justamente o gosto pela abstração que permite compreender a relação especial do judeu com o dinheiro. Dizem que o judeu adora o dinheiro. Mas, embora a consciência coletiva goste de retratá-lo como ganancioso, ela raramente o confunde com o Avarento; esse outro mito popular, e a prodigalidade munificente do judeu é que constitui um dos temas favoritos das imprecisões do anti-semita. A bem dizer, se o judeu adora o dinheiro, isso não se deve a um apreço excepcional pelas moedas de cobre ou ouro ou pelas cédulas — pois freqüentemente o dinheiro tem para ele a forma abstrata de ações, cheques ou contas bancárias. Apega-se à forma abstrata do dinheiro, e não a sua figuração concreta. Na realidade, trata-se de um poder de compra. Mas, se o judeu prefere essa forma de propriedade a qualquer outra, é porque ela é universal. O modo de apropriação por compra não depende da raça do comprador, não varia segundo as idiossincrasias deste; o preço do objeto remete a um compra-

dor *quelquer*, definido tão-somente pelo fato de possuir a quantidade marcada na etiqueta. E, depois de pagar essa quantia, o comprador torna-se legalmente proprietário do objeto. Assim, a propriedade que ocorre por compra é uma forma abstrata e universal de propriedade, oposta à apropriação singular e irracional que ocorre por participação. Existe aqui um círculo vicioso: quanto mais rico o judeu, mais o anti-semita tradicionalista tende a insistir em que a verdadeira propriedade não é a propriedade legal, e sim uma adaptação do corpo e do espírito ao objeto possuído; já vimos que, dessa forma, o pobre recupera o solo e os bens espirituais franceses. A literatura anti-semita está repleta das respostas altivas que órfãos virtuosos ou velhos nobres arruinados dão a judeus, dizendo, em resumo, que a honra, o amor, a virtude, o bom gosto, etc. “não se compram”. No entanto, quanto mais o anti-semita insistir nesse tipo de apropriação que visa a excluir o judeu da comunidade, mais o judeu se verá tentado a afirmar que o único modo de propriedade é a propriedade legal que se obtém pela compra. Em oposição a essa posse mágica que lhe recusam e que vem despojá-lo até dos objetos que já comprou, o judeu apega-se ao dinheiro como o legítimo poder de confirmação *laqprobation* do homem universal e anônimo que ele deseja ser. Se insiste no poder do dinheiro, é para defender seus direitos de consumidor numa comunidade que os contesta e, ao mesmo tempo, para racionalizar o vínculo do possuidor com o objeto possuído, de maneira a incluir a propriedade no quadro de uma concepção racional do universo. Como ato comercial racional, a compra legítima de fato a propriedade; e esta fica definida simplesmente como direito de uso. Ao mesmo tempo, o *valor* do objeto adquirido, em vez de surgir como alguma mana místico que se revelaria apenas aos iniciados, identifica-se com seu preço, o qual é público e pode de imediato ser conhecido por qualquer pessoa. Podemos ver tudo que está por trás do gosto do judeu pelo dinheiro: se o dinheiro define o valor, este é universal e racional; portanto, o valor não emana de obscuras forças sociais e é acessível a todos; assim, o judeu não pode ser excluído da sociedade; integra-se nela como comprador e como

consumidor anônimo. O dinheiro é fator de integração. E às belas máximas do anti-semite, do tipo "Há coisas que o dinheiro não pode comprar", o judeu por vezes retruca afirmando a onipotência do dinheiro: "Todas as consciências podem ser compradas, é só dar o preço". No caso, não se trata nem de cinismo nem de baixaza — mas apenas de um contra-ataque. O judeu gostaria de convencer o anti-semite de que os valores irracionais são pura aparência e de que não há quem não esteja disposto a trocá-los por dinheiro. Se o anti-semite deixa-se comprar, então a prova está dada: no fundo, também ele prefere a apropriação legal pela compra à apropriação mística pela participação. A partir daí, cai no anonimato; torna-se apenas um homem universal que se define unicamente por seu poder de compra. Explicam-se assim tanto a "ganância" do judeu quanto sua generosidade real. Seu "amor ao dinheiro" evidencia apenas a premeditada decisão de só considerar válidas as relações racionais, universais e abstratas que o homem tem com as coisas; o judeu é utilitarista porque a única forma de usufruto que a opinião pública não lhe recusa é o uso. Ao mesmo tempo, quer adquirir com dinheiro os direitos sociais que lhe são negados como indivíduo. Não se chateia com o fato de ser apreciado apenas por causa do dinheiro: o respeito e a adulação que sua riqueza lhe proporciona referem-se ao ser anônimo que possui esse poder de compra; ora, é justamente esse anonimato o que procura — de modo bastante paradoxal, quer ser rico para *passar despercebido*.

Tais indicações já deveriam permitir que delineássemos os principais traços da sensibilidade judaica. É de supor que ela seja profundamente marcada pela escolha que o judeu faz de si mesmo e pelo juízo que faz de sua situação. Mas não se trata aqui de fazer algum retrato. Ficaremos satisfeitos em evocar a longa paciência do judeu e essa expectativa da perseguição, esse sentimento da catástrofe que ele procura esconder de si mesmo nos anos bons e que, quando o céu se turva, repentinamente brota na forma de *aura* profética; assinalaremos a natureza particular de seu humanismo, esse anseio pela fraternidade universal que teima em ir contra o mais obstinado dos particularismos, e a

estranha mescla de amor, desprezo, admiração e desconfiança que o judeu sente por essas pessoas que não o aceitam. Não devemos acreditar que para ganhar sua confiança basta recebê-lo de braços abertos: aprendeu a discernir o anti-semitismo sob as mais tonitruantes manifestações de liberalismo. Desconfia dos cristãos tal como o operário desconfia dos jovens burgueses que "têm queda pelo povo". Sua psicologia utilitarista o leva a procurar por trás das manifestações de simpatia com que alguns o cobrem o jogo de interesses, o calculismo, a farsa da tolerância. Aliás, raramente se engana. Mas, ainda assim, busca apaixonadamente essas manifestações, adora essas honrarias de que desconfia, quer estar com os outros, entre os outros, do lado de lá das barreiras; alimenta o sonho impossível de ver-se subitamente curado dessa suspeita universal pelo afeto manifesto, pelas provas evidentes de boa vontade. Seria preciso descrever esse mundo bipolar, essa humanidade cindida em duas e mostrar que cada sentimento judaico tem um caráter variável, conforme remeta a um cristão ou a um judeu: o amor de um judeu por uma judia não é da mesma natureza de seu amor por uma "ariana"; ocorre um desdobramento profundo da sensibilidade judaica, o qual se oculta sob o exterior de um humanismo universalista. Por fim, seria preciso assinalar o viço desarmado e a espontaneidade inculta dos sentimentos judaicos: totalmente preocupado em racionalizar o mundo, o israelita inautêntico pode sem dúvida *amaisar* seus afetos, mas não pode cultivá-los; pode ser Proust, mas não Barrès. É porque a cultura do sentimento e do eu pressupõe um tradicionalismo profundo, um gosto pelo particular e pelo irracional, um recurso a métodos empíricos, a fruição tranqüila de privilégios recebidos — os princípios de uma sensibilidade aristocrática. Por isso, o cristão se cobrirá de cuidados para tratar a si mesmo como uma planta de estufa ou como esses barris de vinho fino que são enviados até as Índias e depois trazidos de volta à França, para que o ar marinho os penetre e dê ao vinho um sabor inigualável. A cultura do eu é inteiramente mágica e participacionista, mas essa atenção permanentemente voltada para si próprio acaba por produzir alguns frutos. O judeu inautêntico, o

judéu que se evade e imagina os processos psicológicos antes como disposições mecânicas do que como a inflorescência de um organismo, certamente observa o jogo de suas próprias inclinações, pois se coloca no plano reflexivo, mas não as exercita; nem mesmo está seguro de que apreende o verdadeiro sentido delas — a análise reflexiva não é o melhor instrumento de investigação psicológica. Assim, o racionalista está sempre sendo invadido por uma massa instável e vigorosa de paixões e emoções. Junta uma sensibilidade bruta aos refinamentos da cultura intelectual. Nas manifestações de amizade de um judeu, há uma sinceridade, uma energia e um calor que raramente encontraremos num cristão, tolhido por suas tradições e cerimônias. É também o que dá esse caráter desarmado ao sofrimento judaico, o mais espantoso dos sofrimentos. Mas nosso objetivo não é insistir nisso. Basta-nos ter indicado as conseqüências que a inautenticidade judaica pode ter. Para terminar, já ficaremos satisfeitos se pudermos esboçar em linhas gerais a chamada *inquietude judaica*. Pois os judeus são freqüentemente inquietos. Um israelita nunca está seguro de sua posição ou de suas propriedades; não poderia nem mesmo afirmar que amanhã ainda estará no país em que vive hoje, porque sua situação, suas posses e até seu direito de viver podem ser questionados de uma hora para outra; além disso, já vimos que é atormentado pela imagem intangível e humilhante que as turbas hostis fazem dele. Sua história é uma perambulação de vinte séculos; precisa estar pronto para retomar do cajado a qualquer minuto. Pouco à vontade em sua própria pele, inimigo irreconciliado de seu corpo, perseguindo o sonho impossível de uma assimilação que se esquivava à medida que tenta aproximar-se dela, o judeu não tem jamais a profunda segurança do "ariano", solidamente estabelecido em suas terras e tão certo de seus títulos de propriedade que chega até a esquecer que é proprietário e a julgar *natural* o vínculo que o une a seu país. Mas não se deve acreditar que a inquietude judaica seja metafísica. Seria um erro assimilá-la à angústia que meditar sobre a condição humana provoca em nós. De bom grado afirmarei que hoje a inquietude metafísica é um luxo que o judeu, tanto quanto o operário, não po-

de conceder-se. Para permitir-se divagar sobre o lugar e o destino do homem no universo, é preciso estar seguro de seus direitos e profundamente enraizado no mundo, não ter nenhum dos temores que a cada dia assaltam as classes ou minorias oprimidas. Em resumo, a metafísica é apanágio das classes dirigentes arianas. Não se deve ver nessas observações uma tentativa de desarticulá-la — ela tornará a ser a principal preocupação do homem depois que os homens se libertarem. A inquietude do judeu não é metafísica, mas social. O objeto geral de suas preocupações não é ainda o lugar do homem no mundo, mas o lugar do homem na sociedade; não vê o desamparo de todos num universo mudo, pois ainda não emergiu da sociedade para o mundo. É entre os homens que se sente desamparado; o problema racial lhe tapa o horizonte. Sua inquietude não é absolutamente como essas que quereem perpetuar-se; não se compraz nela — o judeu quer é que o tranquilizem. Já foi levado a observar que na França não houve nenhum surrealista judeu. É que, a seu modo, o surrealismo propõe a questão do destino do homem. Seu trabalho de demolição e a grande publicidade que atraiu para si foram os brinquedos de luxo de jovens burgueses bem à vontade num país que vencera uma guerra e lhes pertencia. O judeu não pensa em demolir nada ou em considerar a nudez da condição humana. É o *homem social* por excelência, já que seu tormento é social. O que fez dele um judeu foi a sociedade, e não a vontade divina; foi ela que deu origem ao problema judaico, e, como o judeu se vê obrigado a definir-se totalmente nas perspectivas desse problema, é no social que ele define sua própria existência. Seu projeto constitutivo de integrar-se na comunidade nacional é social; social é o esforço que faz para pensar a si mesmo, ou seja, para situar-se entre os outros homens; sociais são suas alegrias e seus pesares — porque é social a maldição que pesa sobre ele. Por isso, se lhe reprovam sua inautenticidade metafísica e lhe dizem que sua eterna inquietude faz-se acompanhar de um positivismo radical, também é necessário lembrar que tais críticas voltam-se contra quem as formula: o judeu é social porque o anti-semita o fez assim.

Eis, portanto, um homem acochado, condenado a escolher-se com base em falsos problemas e numa situação falsa, privado do sentido metafísico pela ameaçadora hostilidade da sociedade que o cerca, encurralado num racionalismo de desespero. Sua vida não passa de uma longa fuga dos outros e de si mesmo. Alienaram-no de seu próprio corpo, partiram em duas sua vida afetiva, reduziram-no a perseguir num mundo que rejeita sua pessoa o sonho impossível de uma fraternidade universal. E de quem é a culpa? São nossos olhos que lhe devolvem a imagem inaceitável que ele quer esconder de si mesmo. São nossas palavras e nossos gestos — *todas* as nossas palavras e *todós* os nossos gestos, nosso anti-semitismo, mas também nosso liberalismo condescendente — que o envenenaram até a medula; somos nós que o obrigamos a *escolher-se judeu*, quer se evada, quer se assuma como tal; somos nós que o encurralamos no dilema da inautenticidade ou da autenticidade judaica. Criamos essa espécie de homem que só tem sentido como produto artificial de uma sociedade capitalista (ou feudal) e cuja única razão de ser está em servir de bode expiatório para uma coletividade ainda pré-lógica. Essa espécie de homem que mais do que todas as outras *atesta o humano*, pois nasceu de reações secundárias no interior da humanidade; essa quintessência do homem, desvalida, desarraigada, originalmente destinada à inautenticidade ou ao martírio. Em tais circunstâncias, todos somos completamente culpados e até criminosos; o sangue judeu que os nazistas derramaram mancha as mãos de todos nós.

Dirão, entretanto, que o judeu é livre: pode optar por ser autêntico. É verdade, mas antes de mais nada devemos compreender que *essa opção não nos diz respeito*: o cativo tem sempre a liberdade de fugir, se tivermos bem claro que arrisca-se a morrer transpondo o arame farpado. Por causa disso o carcereiro será menos culpado? A autenticidade judaica consiste em *escolher-se judeu*, ou seja, em levar a cabo sua condição judaica. O judeu autêntico abandona o mito do homem universal: conhece a si mesmo e se reconhece na história como criatura histórica e maldita; deixou de fugir de si próprio e de envergonhar-se dos seus. Compreendeu que a sociedade é má; substitui o mo-

nismo ingênuo do judeu inautêntico por um pluralismo social; sabe que está *à parte*, intocável, maldito, proscrito, e assume-se *como tal*. Por isso, renuncia ao otimismo racionalista; vê que o mundo está desmembrado por divisões irracionais e, aceitando esse desmembramento (pelo menos no que lhe concerne) ao proclamar-se judeu, adota alguns desses valores e dessas divisões; escolheu seus irmãos e seus iguais — os outros judeus; aposta na grandeza humana porque aceita viver uma condição que se define precisamente como impossível de viver e porque extrai seu orgulho de sua humilhação. No momento em que deixa de ser passivo, elimina todo o poder e toda a virulência do anti-semita. Pois o judeu inautêntico fugia de sua realidade judaica, e era o anti-semita quem fazia dele um judeu a contragosto — ao passo que o judeu autêntico *faz-se judeu* por vontade própria, ante todos e contra todos; aceita tudo, até o martírio, e assim o anti-semita desarmado fica reduzido a ladrar quando ele passa, sem poder marcá-lo. Por isso, o judeu, como todo homem autêntico, foge às descrições. Os caracteres comuns que salientam nos judeus inautênticos emanavam da inautenticidade comum a eles; não encontraremos nenhum desses caracteres no judeu autêntico; ele é aquilo que faz de si mesmo — eis tudo quanto se pode dizer. Ele se reconhece em seu desamparo concreto, um homem, todo um homem, com os horizontes metafísicos que a condição humana comporta.

As boas almas, no entanto, não conseguirão tranquilizar-se dizendo: "Pois bem, já que o judeu é livre, que ele seja autêntico; então teremos paz". A opção pela autenticidade não é uma solução social do problema judaico; nem sequer é uma solução individual. Sem dúvida, os judeus autênticos são hoje muito mais numerosos do que se imagina. Os sofrimentos que suportaram nos últimos anos contribuíram bastante para abrir-lhes os olhos, e me parece provável mesmo que haja mais judeus autênticos do que cristãos autênticos. Mas a escolha que fizeram de si mesmos não facilita sua ação individual, muito pelo contrário. Vejamos, por exemplo, o caso de um judeu francês "autêntico" que, depois de ter combatido em 1940, dirigiu em Londres uma revis-

ta de propaganda francesa durante a ocupação. Escrevia sob pseudônimo porque queria evitar que incomodassem sua mulher, uma "ariana" que permaneceu na França. Muitos franceses emigrados também fizeram isso, e ninguém via nada de mais no caso deles. Mas recusava-se esse direito ao judeu: "Vejam só", dizem, "mais um *youvre* que tenta esconder a origem". Ao selecionar os artigos para publicação, levava em conta apenas o valor. Se por acaso a proporção de articulistas judeus era grande, os leitores zombavam disso e lhe escreviam: "Olhem só como a grande família se reconstituiu...". Ao contrário, se recusava o artigo de um judeu, alegavam que era "anti-semita". Pode-se dizer que ele não precisava preocupar-se com isso, pois era autêntico. Só que falar é fácil: ele precisava preocupar-se justamente porque *sua ação era de propaganda* e, logo, estava na dependência das opiniões. "Muito bem, esse tipo de atividade fica então proibido aos judeus; que se abstenham dela." Vejam onde fomos parar: só aceitaríamos a autenticidade se ela levasse direto ao gueto. E seremos nós quem nos recusaremos a ver nela uma solução para o problema. Aliás, socialmente as coisas não correm melhor: as circunstâncias que criamos são tais que a autenticidade acaba por semear a discórdia entre os judeus. De fato, a opção pela autenticidade pode redundar em decisões políticas opostas. O judeu pode escolher ser autêntico assumindo a posição de judeu na comunidade francesa, com seus direitos e seu marfúio; pode ocupar-se antes de tudo em provar que para ele a melhor forma de ser francês é afirmar-se *judeu francês*. Mas também pode ser levado por sua opção a reivindicar uma nação judaica que possua território e autonomia; pode convencer-se de que a autenticidade judaica demanda que o judeu se apóie numa comunidade israelita. Não seria impossível imaginar que essas escolhas opostas pudessem harmonizar-se e complementar-se como duas manifestações da realidade judaica. Mas para isso seria necessário que os atos dos judeus não fossem sempre vigiados e não corressen eternamente o risco de fornecer munição a seus próprios adversários. Se não tivéssemos criado para o judeu a *situação* de judeu, tratar-se-ia apenas de uma escolha,

sempre possível, entre Jerusalém e a França; a inensa maioria dos israelitas franceses escolheria permanecer na França, e um pequeno número iria aumentar a nação judaica na Palestina; isso não significaria de modo algum que o judeu integrado na coletividade francesa conservasse vínculos com Tel Aviv; quando muito, a Palestina poderia representar para ele uma espécie de valor ideal, de símbolo, e a existência de uma comunidade judaica autônoma seria infinitamente menos perigosa para a integridade da sociedade francesa do que, por exemplo, a existência de um clero ultramontano que toleramos perfeitamente. Mas no atual estado de espírito essa opção tão legítima torna-se motivo de conflito entre os israelitas. Para o anti-semita, a formação de uma nação judaica é a prova de que o judeu está deslocado na comunidade francesa. Antes lhe censuravam a raça, hoje o consideram membro de uma nação estrangeira; não tem por que esstar entre nós, que vá então para Jerusalém. Assim, quando a autenticidade conduz ao sionismo, torna-se prejudicial aos judeus que querem permanecer em sua pátria de origem, pois dá argumentos ao anti-semita. O judeu francês irrita-se com o sionista que vem complicar ainda mais uma situação já tão delicada, e o sionista irrita-se com o judeu francês que *a priori* ele já acusa de inautenticidade. Dessa forma, a escolha da autenticidade surge como uma determinação *moral* que proporciona ao judeu uma certeza no plano ético, mas essa escolha não poderia de modo algum servir de solução no plano social e político — a situação do judeu é tal que tudo quanto ele faz volta-se contra si mesmo.

zar-se. É verdade que consideram empregar recursos extremos: alguns judeus exigem que todos os israelitas mudem de nome e sejam obrigados a chamar-se Durant ou Dupont. Mas tal medida seria insuficiente: seria necessário acrescentar a ela uma política de casamentos mistos e também proibições rigorosas no que se refere às práticas religiosas e, particularmente, à circuncisão. Faltarei sem papas na língua: essas medidas me parecem desumanas. É até possível que Napoleão tenha pensado em adotá-las — só que Napoleão cogitava justamente de sacrificar a pessoa à comunidade. Nenhuma democracia pode aceitar que a integração dos judeus se faça ao preço dessa coerção. Aliás, tal procedimento só poderia ser pregado por judeus inautênticos em meio a uma crise de anti-semitismo; visa a nada menos do que extinguir a raça judaica; levado ao extremo, representa a tendência, que tivemos ocasião de observar no democrata, de pura e simplesmente suprimir o judeu em favor do *homem*. Mas o *homem* não existe — há judeus, protestantes, católicos; há franceses, ingleses, alemães; há brancos, negros, amarelos. Em suma, trata-se de aniquilar para benefício de uma coletividade nacional uma comunidade espiritual baseada no costume e na afeição. A maioria dos judeus conscientes irá rejeitar a assimilação se eles for apresentada dessa forma. É claro que desejam integrar-se na nação, *mas como judeus* — e quem se atreveria a censurá-los por isso? Foram obrigados a julgar-se judeus, a tomar consciência de sua interdependência com os outros judeus. É de espantar que agora rejeitem medidas que tendam a destruir Israel? Será inútil objetar que eles formam uma nação dentro da nação. Como tentamos demonstrar, a coletividade judaica não é nacional, internacional, religiosa, étnica ou política — é uma coletividade quase *histórica*. O que produz o judeu é sua situação concreta; o que o une aos outros judeus é sua identidade de situação. Esse corpo quase histórico não poderia ser considerado um alienígena na sociedade. Muito pelo contrário, é necessário a ela. Se a Igreja tolerou sua existência numa época em que era todo-poderosa, foi porque o judeu assumia certas funções econômicas que o tornavam indispensável. Hoje, todos podem ter

## 4

Naturalmente, as observações que acabamos de fazer não pretendem trazer uma solução do problema judaico. Mas, em todo o caso, não é impossível especificar com base nelas as condições em que uma solução poderia ser considerada. De fato, vimos que, contrariamente a uma opinião bastante propalada, não é o caráter judaico que provoca o anti-semitismo; ao invés disso, é o anti-semita que cria o judeu. O fenômeno inicial é, portanto, o anti-semitismo, estrutura social regressiva e concepção de mundo pré-lógica. Isso posto, o que se deseja? Pois deve-se observar que a solução do problema implica a definição do objetivo a atingir e dos meios para tanto. Com extrema freqüência, discutem-se os meios quando ainda não se está certo do objetivo.

E o que realmente queremos? A assimilação? Mas esta é um sonho: já vimos que o verdadeiro adversário da assimilação não é o judeu, e sim o anti-semita. Desde sua emancipação (ou seja, há coisa de um século e meio), o judeu forceja para ver-se aceito numa sociedade que o repele. Por isso, não adiantaria influenciá-lo para apressar essa integração que sempre foge a ele — enquanto houver anti-semita, a assimilação não poderá reali-

acesso a tais funções, mas isso não significa que o judeu, enquanto fator espiritual, não contribua para o caráter particular e o equilíbrio da sociedade francesa. Já descrevemos objetivamente, talvez até severamente, os traços do judeu inautêntico: não há um só deles que se oponha a sua assimilação *como tal* na sociedade nacional. Pelo contrário: seu racionalismo, seu espírito crítico, seu sonho de uma sociedade contratual, de uma fraternidade universal, seu humanismo fazem dele um fermento indispensável a essa sociedade. O que propomos aqui é um liberalismo concreto. Entendemos com isso que todas as pessoas que colaboram através de seu trabalho para a grandeza de um país têm ali pleno direito de cidadania. O que lhes dá esse direito não é a posse de uma "natureza humana" problemática e abstrata, mas a participação ativa na vida social. Isso significa, portanto, que os judeus, assim como os árabes ou os negros, têm direito de intervir na empreitada nacional porque também são responsáveis por ela. Mas têm tal direito *enquanto* judeus, negros ou árabes, isto é, enquanto pessoas concretas. Nas sociedades em que a mulher vota, não se exige que as eleitoras mudem de sexo ao aproximarem-se da urna: o voto da mulher vale rigorosamente tanto quanto o do homem, mas é na qualidade de mulher que ela vota, com suas paixões e preocupações de mulher, com seu caráter de mulher. Quando se trata dos direitos legais do judeu e daqueles direitos mais indefinidos, e ainda assim indispensáveis, que não estão escritos em nenhum código, cumpre reconhecê-los não porque o judeu pode vir a tornar-se cristão, mas porque ele é judeu francês — *temos o dever* de aceitá-lo com seu caráter, seus costumes, sua religião, se a tem, seu nome, seus traços físicos. E, se essa aceitação for total e sincera, ela primeiro vai facilitar para o judeu a escolha da autenticidade e depois, pouco a pouco, vai possibilitar, sem violência, pelo próprio curso da história, essa assimilação à qual querem obrigá-lo.

Mas o liberalismo concreto que acabamos de definir não passa de um objetivo; se não determinarmos os meios para atingi-lo, correrá sério risco de tornar-se um simples ideal. Ora, já mostramos que não se poderia sequer cogitar de atuar sobre o

judeu. O problema judaico nasceu do anti-semitismo; logo, para resolvê-lo é preciso suprimir o anti-semitismo. Assim, a questão resulta nesta outra: como atuar sobre o anti-semitismo? Os procedimentos comuns, em particular a propaganda e o ensino, não são desprezíveis — seria de desejar que a criança recebesse na escola uma educação que lhe permitisse evitar os erros passionais. Pode-se temer, no entanto, que os resultados sejam puramente individuais. Do mesmo modo, não se deve ter medo de proibir com leis permanentes as declarações e os atos que tendam a difamar uma categoria de franceses. Mas não tenhamos ilusões sobre a eficácia dessas medidas: as leis nunca tolheram e nunca tolherão o anti-semita, convicto de pertencer a uma sociedade mística que está além da legalidade. Podem-se acumular decretos e proibições — estes provirão sempre da França legal, e o anti-semita afirma representar a França real.

Lembremos que o anti-semitismo é uma concepção de mundo maniqueísta e primitiva, na qual o ódio ao judeu se instala como grande mito explicativo. Já vimos que não se trata de uma opinião isolada, e sim de uma escolha global que um homem em situação faz de si mesmo e do significado do universo. Ela expressa um senso arcaico e místico da propriedade imobiliária. Se queremos impossibilitar essa escolha, não basta visarmos a *liberdade* do anti-semita pela propaganda, pela educação e pelas proibições legais. Isso porque ele, como todo homem, é uma liberdade em situação, e o que precisamos modificar por completo é sua situação; de fato, basta mudar as perspectivas da escolha para que a escolha se transforme; não ferimos assim a liberdade — ela decidirá então sobre outras bases, a propósito de outras estruturas. O político não pode jamais interferir na liberdade dos cidadãos, e sua própria posição só lhe permite ocupar-se com ela de modo negativo, ou seja, cuidando de não obscurecê-la; atua apenas sobre as situações. Vemos que o anti-semitismo constitui um esforço apaixonado para levar a cabo uma união nacional *contra* a divisão da sociedade em classes. Tenta suprimir a fragmentação da comunidade em grupos hostis uns aos outros levando as paixões comuns a uma temperatura tal que

funda todas as barreiras. Como mesmo assim as divisões subsistem, pois suas causas econômicas e sociais não foram atingidas, ele pretende reunir essas divisões numa só: as distinções entre ricos e pobres, classes trabalhadoras e classes proprietárias, poderes legais e poderes ocultos, cidade e campo, etc. resumem-se à distinção entre judeu e não-judeu. Isso significa que o anti-semitismo é uma representação mítica e burguesa da luta de classes e não poderia existir numa sociedade sem classes. Ele evidencia a *separação* e o isolamento dos homens na comunidade, o conflito de interesses, o fracionamento de paixões; só poderia existir nas coletividades em que uma solidariedade bastante fraca une pluralidades fortemente estruturadas; é um fenômeno de pluralismo social. Numa sociedade cujos membros são todos solidários porque estão todos engajados na mesma empreitada, não haveria lugar para o anti-semitismo. Afinal de contas, ele evidencia certa ligação mística e participacionista entre o homem e seu "bem" que resulta do atual regime de propriedade. Por isso, numa sociedade sem classes baseada na propriedade coletiva dos meios de trabalho, quando então o homem, liberto das alucinações do passado, finalmente se lançará a *sua* empreitada, que é dar existência ao reino do humano, o anti-semitismo não irá encontrar mais nenhuma razão de ser — terá sido cortado pela raiz. Assim, o judeu autêntico que se considera judeu porque o anti-semite o colocou em situação de judeu não se opõe à assimilação tanto quanto o operário que toma consciência de pertencer a uma classe não se opõe à eliminação das classes. Muito pelo contrário, nos dois casos será pela tomada de consciência que se apressará a supressão da luta de classes e do racismo. Simplesmente o judeu autêntico deseja de obter *para si* uma assimilação hoje impossível e espera que seus filhos assistam à eliminação radical do anti-semitismo. O judeu de hoje está em plena guerra. O que quer dizer isso senão que a revolução socialista é necessária e suficiente para suprimir o anti-semita? É *também* para os judeus que faremos a revolução.

E enquanto isso? Pois afinal é bem cômodo deixar para a revolução futura o encargo de livrar-se da questão judaica. Ora,

essa questão interessa diretamente a todos nós; somos todos responsáveis pelo judeu porque o anti-semitismo conduz diretamente ao nacional-socialismo. E, se não respeitarmos a pessoa do israelita, quem nos respeitará? Se estamos cientes desses perigos, se vivemos na vergonha de nossa culpabilidade involuntária com os anti-semite, a qual nos transformou em carrascos, talvez comecemos a entender que é preciso lutar pelo judeu tanto quanto por nós mesmos. Fiquei sabendo que acaba de ressurgir uma liga judaica contra o anti-semitismo. Estou entusiasmado: a notícia prova que o senso de autenticidade está se desenvolvendo entre os judeus. Mas essa liga será eficaz? Muitos judeus (e dos melhores) hesitam em associar-se a ela por causa de uma espécie de acanhamento. "É muita coisa", foi o que um deles me disse há pouco tempo. E acrescentou de modo bem desastrado: mas com um pudor sincero e profundo: "O anti-semitismo e as perseguições não têm importância". É fácil entender essa repugnância. Mas nós que não somos judeus devemos partilhar dela? Richard Wright, o escritor negro, declarou recentemente: "Não existe problema negro nos Estados Unidos, existe apenas um problema branco". Da mesma forma, diremos que o anti-semitismo não é um problema judaico — é *nosso* problema. Já que somos culpados e corremos o risco de também sermos vítimas, seria preciso sermos bem cegos para não vermos que o anti-semitismo é essencialmente problema nosso. Cabe primeiramente a nós, e não aos judeus, formar uma liga que milite contra o anti-semitismo. É óbvio que tal liga não irá resolver a questão. Mas, se ela se ramificasse por toda a França, se obtivesse o reconhecimento oficial do Estado, se provocasse com sua existência o surgimento em outros países de ligas semelhantes às quais se uniria para formar uma associação internacional, se interviesse eficazmente onde quer que se apontassem injustiças, se atuasse através da imprensa, da propaganda e do ensino, alcançaria então um triplo resultado: primeiro, permitiria que os adversários do anti-semitismo se avaliassem e se unissem numa coletividade ativa; em seguida, reuniria (graças à força de atração que sempre se manifesta num grupo organizado) bom nú-



mero de hesitantes que *nada* pensam da questão judaica; por fim, ofereceria a um adversário que de bom grado opõe o país real ao país legal o espetáculo de uma comunidade concreta en-  
gajada numa luta particular, para além da abstração universalista da legalidade. Assim, eliminaria o argumento favorito do anti-se-  
mita, aquele que se baseia no mito do concreto. A causa dos is-  
raelitas já estará quase ganha se seus amigos arranjarem para de-  
fendê-los um pouco da paixão e da perseverança que seus  
inimigos usam para desgraçá-los. A fim de despertar tal paixão,  
não se deve apelar para a generosidade dos arianos — mesmo  
no melhor deles, essa virtude é intermitente. Mas conviria mos-  
trar a cada ariano que o destino dos judeus é o destino *dele*. Ne-  
nhum francês será livre enquanto os judeus não alcançarem a  
plenitude de seus direitos. Nenhum francês estará em segurança  
enquanto um judeu, na França e *no mundo inteiro*, puder temer  
pela própria vida.

